



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Ata n.º 3/2021

Sessão Extraordinária de 10 de dezembro de 2021

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas 21 horas, deu-se início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo oitavo do Regimento, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

----- **Lista de Presenças** -----

22 Deputados Municipais do PS- Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (Presidente da Assembleia), Joana Guerreiro da Conceição (1.ª secretária), Adriano Costa Cabrita (em substituição de Fernando Pereira Marques), Maria Esteves Ferreira Lourenço, José João Magalhães David (em substituição de Carlos Manuel Pontes Costa), Fábio Miguel Cortes Nobre (em substituição de Vítor Cristiano da Piedade Ferreira), Pedro de Moraes Lobo Martins Julião, Elisabeta Ecaterina Necker, Abel Filipe dos Santos Matinhos, José Miguel Almeida Monteiro, Ana Paula Neto (em substituição de Maria João Carapeto Tavares), Adriana Cavaco Guerreiro (em substituição de Márcio Alexandre Bandeira Fernandes), Núria Inês Rey Machado, João Pedro Medeira Cabrita, Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), Bruno Silva Palma (em substituição de José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Analídio Correia da Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);-----

8 Deputados Municipais do PSD- Eleutério João Pedro Rocheta, João Carlos Dias dos Santos, Hélder Faísca Guerreiro (em substituição de Bárbara Maria do Amaral Correia), André Manuel Rodrigues Dias (em substituição de Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues), Cláudia Isabel Martins Mendes, Miguel Baguinho Coelho (em substituição de João José Paixão Carvalho Ferreira), Francisco André Pereira Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

2 Deputadas Municipais do Partido CHEGA- Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro e Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro;-----

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins; -----

1 Deputado Municipal do CDS- Manuel António Feio Vareta (em substituição de António José Mendes Pinto Farrajota); -----

1 Deputada Municipal da CDU- Carla Sofia Osório Gomes;- -----

1 Deputada Municipal do PAN- Ana Luísa Poeta Simões; -----

Também estiveram presentes o Presidente da Câmara, Vítor Aleixo, e os Vereadores, Ana Machado, Abílio Sousa, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, David Pimentel, Rui Cristina, João Paulo Sousa e Fernando Santos. -----

Tendo sido efetuada a chamada da presença dos senhores deputados e verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de trabalhos: -

Ordem de Trabalhos

1- Intervenção do Público;

2-Período de Antes da Ordem do Dia;

3-Período da Ordem do Dia:

- a) Proposta 94/2021- Deliberação relativa à Câmara Municipal de Loulé integrar a Rede Europeia de Cidades “MAYORS FOR PEACE”; [Proposta da Câmara Municipal n.º 220-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);
- b) Proposta 95/2021- Deliberação relativa à Adesão do Município de Loulé à Associação Europeia Energy Cities Rede Europeia de Cidades em transição energética, e o respetivo valor anual associado; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1564-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);
- c) Proposta 96/2021- Deliberação relativa à Classificação dos Banhos Islâmicos de Loulé com o Grau de Interesse Nacional; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1770-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);
- d) Proposta 97/2021- Deliberação relativa à Proposta de Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais 2021 (ROSM); [Proposta da Câmara Municipal n.º 1806-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

- e) **Proposta 98/2021- Deliberação relativa à Aprovação da 7ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à Transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Quarteira, no âmbito da Delegação de Competências para o Mandato 2021-2025, no valor de 91.581,00€; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1780-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**
- f) **Proposta 99/2021- Deliberação relativa à Aprovação da Alteração ao Auto de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de Boliqueime; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1790-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**
- g) **Proposta 100/2021- Deliberação relativa à Renovação de Isenção de IMI referente ao R/Chão do prédio sito em Rua da Laranjeira n.º 5-A, Freguesia de S. Clemente, Loulé, em nome de Isabel Maria Gonçalves Viegas Quirino, na sequência da candidatura a apoios e benefícios fiscais Pro. n.º 2148/17 - REQ 8870/21; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1798-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**
- h) **Proposta 101/2021- Deliberação relativa à designação de 1 Vice-Presidente do Conselho Fiscal da Fundação António Aleixo, o qual integrará o Conselho Fiscal desta Instituição no mandato compreendido entre 2021 e 2023 de acordo com o n.º1 do art.º18.º dos Estatutos desta Fundação;**
- i) **Proposta 102/2021- Deliberação relativa à indicação do Representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia, conforme publicação em Diário da República;**
- j) **Proposta 103/2021- Deliberação relativa à designação de 2 Presidentes de Junta de Freguesia como Representantes das Juntas de Freguesia para a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de acordo com a alínea b) n.º 3 do art.º 29.º do DL 82/2021 de 13 de outubro;**
- k) **Proposta 104/2021- Deliberação relativa à Eleição de 1 Representante das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação, a fim de dar cumprimento à alínea d) do ponto n.º1 do art.º 5.º da Lei n.º 41/2003 de 22 de agosto, que procede à 1ª alteração ao DL n.º 7/2003 de 15 de janeiro;**
- l) **Proposta 105/2021- Deliberação relativa à Designação do Representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil, nos termos do disposto na alínea i) do art.º 41.º da Lei 27/2006, alterada pela Lei 80/2015 de 3 de agosto;**
- m) **Proposta 106/2021- Deliberação relativa à Eleição de 1 Representante da Assembleia Municipal para a Comissão Consultiva para a Revisão do Plano Diretor Municipal (CCDR), conforme previsto na alínea d) e e) do n.º 1 do artigo 7.º da Portaria 277/2015 de 10 de setembro;**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

- n) **Proposta 107/2021- Deliberação** relativa à **Eleição de 1 Autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal**, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 157 do DL 202/2004 de 18 de agosto alterado pelos DL 201/2005 de 24 de novembro, 159/2008 de 8 de agosto, 9/2009 de 9 de janeiro, 2/2011 de 6 de janeiro, 81/2013 de 14 de junho, 167/2015 de 21 de agosto e 24/2018 de 11 de abril;
- o) **Proposta 108/2021- Deliberação** relativa à **Eleição do Representante da Assembleia Municipal no Agrupamento dos Centros de Saúde (ACES) Algarve I Central**, nos termos da alínea b) do n.º1 do art.º 31.º do DL n.º 28/2008 de 22 de fevereiro;
- p) **Proposta 109/2021- Deliberação** relativa à **Eleição de dois Representantes da Assembleia Municipal na Equipa de Igualdade na Vida Local (EIVL), sendo um Presidente de Junta de Freguesia**, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento de funcionamento da Equipa para a Igualdade na Vida Local do Município de Loulé;
- q) **Proposta 110/2021- Deliberação** relativa à **Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia no Conselho Municipal de Saúde**, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 9.º do DL n.º 23/2019 de 30 de janeiro. ---

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, iniciou a Sessão, informando que na tarde do dia 7 de dezembro, na sequência dum acidente de viação, faleceu o louletano Nuno Marques, filho do 2.º Secretário da Mesa desta Assembleia, Fernando Marques. Neste momento de luto e pesar para toda a família, amigos e comunidade em geral apelo à realização de 1 minuto de silêncio pela sua memória. - Aproveito para vos informar sobre este assunto, de que o corpo do Nuno Marques chega amanhã pelas 9h30 à Igreja do Largo de São Francisco e o funeral terá lugar às 10h30, seguindo o corpo para o cemitério de Querença, após essa hora. -----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos. -----

Entrou-se no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos: -----

1- Intervenção do Público; ----- -----

Foi dada a palavra ao cidadão **José Gil**, que disse é residente em Almancil desde 1970, terra que escolhi para viver e desenvolver a minha atividade profissional ao longo destes anos e da qual gosto muito. Como tal, quero deixar aqui o meu desagrado em relação ao eventual espaço-canal na zona urbana no centro de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Handwritten signature and initials in blue ink.

Almancil, mas sim que seja feito fora da zona urbana. Agradeço que seja ponderado a revisão do PDM em curso tendo em conta que Almancil tem vindo a desenvolver-se e não mais porque não tem o Plano Pormenor Municipal concluído.-----

Foi dada a palavra ao cidadão **Nelson Gil**, que disse que vem pedir solução para um problema de mau cheiro existente na Rua do Calvário no centro de Almancil. Este existe há muitos anos e já foi discutido verbalmente em inúmeras ocasiões. Entendo que os esgotos e as águas pluviais encontram-se interligados, pois sente-se o cheiro intenso e ácido vindo das sarjetas. É visível a degradação do cimento das próprias caixas de esgoto e a cor esverdeada. Na minha casa também se sente o problema. As torneiras, os puxadores das portas, enfim, todo o material metálico está picado graças a esse cheiro e esses gases. Estes cheiros e gases são nocivos à saúde e exponenciam os problemas respiratórios. Fui obrigado a colocar respiração da tomada dos tubos de esgoto a 6 metros do nível das casas-de-banho para que estes gases ácidos não escorressem pela parede e não se sentisse tanto cheiro em casa. O tubo de ventilação instalado no topo da rua não solucionou este problema. É um problema que afeta a saúde dos residentes e a imagem de Almancil. -----
Exponho outro problema. Há uns anos foram feitas obras na via pública e não puseram as pedras da calçada. Estão em monte, sendo uma rua central esburacada e perigosa, pois pedras soltas já foram encontradas no meio da rua. -----

Foi dada a palavra à cidadã **Susana Gil**, que disse que a primeira situação diz respeito à Rua do Calvário que se trata de um problema do vosso conhecimento e de saúde pública em que os cheiros dos esgotos da rua é tão intenso que as torneiras de inox da cozinha e casas-de-banho se encontram oxidadas. Outras vezes o cheiro é tão intenso que temos que sair do nosso terraço, fechar portas e janelas para nos isolar. Esta rua é de grande afluência para acesso ao outro lado do triângulo dourado, como Quinta do Lago e Vale do Lobo. -----
Outra questão é esta estrada encontrar-se cheia de buracos onde há remendos constantes sobre a estrada. Na zona de estacionamento é retirada e colocada calçada brita, mas a calçada fica em monte sobre os nossos muros, não é colocado no local. -----

A segunda situação que vos queria apresentar sobre o planeamento da circular que passa no centro de Almancil onde as redes urbanas que deixam de ter a capacidade de construção e mais uma vez não vem ajudar a dourar este proclamado Triângulo Dourado, como Almancil. Esta mesma Circular passa perto de uma rua que outrora já foi uma rua de mais carácter em Almancil, a Rua Maria Campina, anteriormente era calçada e só passavam residentes. Atualmente é alcatroada e até autocarros passam, nem passeios existem para os peões. Com isto o meu grande desagrado porque sinto que habitantes de Almancil e prestadores de serviços, como eu, investidores que procuram fazer a diferença nesta terra e por sua vez não sinto o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

apoio do Município para com os mesmos. Almancil devia ser um excelente cartão de visita e, no entanto, tem a imagem um pouco fraca. -----

Foi dada a palavra ao cidadão **Nuno Alexandre**, que disse que vem falar sobre o Processo 257/20 que está a correr na Câmara referente a uma unidade de tratamento de lixo residuais que é pretendida instalar na zona de Matos da Picota, zona onde de resto vivo desde 2006 com muito gosto nesta cidade, e queria perguntar diretamente, até porque algumas destas questões já foram abordadas na última Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara se relativamente ao pedido da CCDDR no que diz respeito a este processo se poderia partilhar connosco o conteúdo desde mesmo pedido de parecer, qual a sua resposta e qual a sua posição atual e a Câmara Municipal de Loulé relativamente a este processo. -----

Em Segundo lugar, perguntar se vai permitir que este licenciamento aconteça, permitindo criar uma central de tratamento de lixo para a sua, que é também nossa cidade? Como sabe, senhor Presidente, existem vários projetos ligados nomeadamente à área da saúde, área onde eu também exerço a minha profissão, ligados concretamente ao Algarve Medical Center, para a cidade de Loulé e que se prende, novamente, com o desenvolvimento do Centro de Saúde Universitário desta cidade. E com outras estruturas que no futuro irão crescer em Vilamoura. Nesse sentido, parece-me que qualquer viabilidade deste projeto no sítio Matos da Picota não se coaduna, obviamente, com a saúde, ou seja, lixo, não, de certeza absoluta que não se coaduna com saúde. Portanto, mais uma razão para que esta unidade não tenha qualquer viabilidade e seja vedada por si e por este executivo e provavelmente por todas as entidades competentes e que irão intervir neste processo que seja vedado e obviamente deitar abaixo este tema da unidade de tratamento de lixo residuais. -----

Por último, obviamente que eu diria que se não triste, mas desastroso, qualquer dos turistas e investidores que pensem investir neste concelho, que de resto sabemos que o concelho de Loulé é por excelência um concelho em que os turistas e os investidores estão com os olhos postos no futuro e de certeza absoluta que não faria muito sentido nós ao sairmos da Via do Infante termos uma placa direcional dizer Vilamoura-Boliqueime e outra com outra direção a dizer aterro-sanitário, lixeira. A maioria deles, de certeza absoluta, que poderão ter as licenças caducadas, necessariamente estruturas que já não estão, estão desativadas como é o caso da Pedreira e também questionava aqui a sua, do ponto de vista da legalidade, como esta situação está. Ou seja, será que aquelas estruturas não estão ilegais há muitos anos? Esta é outra das questões que gostaria que o Senhor Presidente também se pronunciasse. -----

Foi dada a palavra à cidadã **Sandra Barros**, que disse que vem na qualidade de moradora de Matos da Picota e em nome de todos os moradores da zona

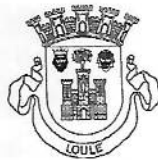


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

demonstrar o nosso descontentamento com a implementação da lixeira na zona. É de lamentar que seja sequer pensada a implementação de um projeto desta envergadura numa zona como aquela. Convido a quem não conhece fazer uma visita. Uma zona caracterizada por um estilo de vida pacato e saudável, apesar de as pedreiras ao seu redor nós conseguimos usufruir de uma boa qualidade de vida. Não consigo sequer imaginar um projeto como este a escassos metros de habitações visto que a minha casa é uma das casas que vai situar-se ao lado da lixeira, eu serei vizinha da lixeira. É disso que se trata, uma lixeira que não irá trazer nada atrativo para a zona, muito pelo contrário. Não consigo conceber e peço que ponderem sobre esta situação. Pensem nas pessoas que trabalharam anos e anos, construíram as suas casas, compraram as suas casas e lá vivem muitos há mais de 40 anos, como os meus pais que à busca de um refúgio para a sua velhice para lá viverem e para além dos meus pais, os meus vizinhos, são mais de quarenta anos a trabalhar, a construir casas, há 40 anos a pensar "não, vamos viver uma vida saudável e feliz." Além disso, todas as crianças que nós temos, que não são poucas, nós não somos poucos em Matos da Picota, ao lado da lixeira somos alguns, crianças que brincam ao ar livre e hoje em dia vão ter uma lixeira, ou no futuro, não sei, esperemos que não, uma lixeira ao lado de crianças a brincar ao lado da lixeira. Espero que ponderem. É algo que não consigo compreender, é de lamentar, ainda mais pelo facto de não termos sido previamente informados. Nós vivemos lado-a-lado e não fomos informados. É muito triste, é lamentável. Caros senhores, este é só um desabafo que quero fazer e espero que tenham em consideração para que este projeto não seja levado avante. A todos os moradores da zona que se mobilizaram na luta contra este projeto o meu bem-haja e reiterar que não cruzaremos os braços e vamos lutar sempre. -----

Foi dada a palavra ao cidadão **José Neves**, que disse que se impõe um esclarecimento e é por isso que aqui estou. Eu fui candidato a deputado municipal pela coligação Mais e Melhor pelo Concelho de Loulé e por duas ou três situações achei que estava, de facto, a mais. Daí que informei a presidência da Mesa da Assembleia e informei o representante da coligação, procedi como deveria proceder anunciando a minha renúncia ao cargo. Estou aqui perante vós para vos dizer que, ponto 1, a minha saída foi de facto assumida na última Assembleia, ponto 2, tinha em cima da mesa um convite para ser candidato a deputado à Assembleia da República. Nunca o aceitei, aceitei-o, de facto, no dia a seguir a ter informado a Mesa da Assembleia. A minha verticalidade mantém-se. Está intacta. Corrijo sempre o que está errado, assumo os meus erros, pauto por uma correção nas minhas atitudes. -----

Em relação aos Matos da Picota. Meus senhores, pretendi e fiz o pedido para intervir novamente no final da sessão prendia-se com uma ilegalidade em curso há muito tempo e é o seguinte. O senhor José Amaral Joaquim Pinto tem um espaço temporal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

para explorar as pedreiras e desenvolver a sua atividade profissional. Como tinha uma grande influência no concelho de Loulé, ele era considerado o verdadeiro Presidente da Câmara, ele extravasou o prazo, digamos assim, não sei. O que é facto é que antes do povo ser informado do que se estaria ali a passar, lavrava-se devagar na limpeza. Depois do povo se começar a mexer, foi uma corrida contra o tempo para se trabalhar no local. E aquilo que eu queria dizer na altura e mantenho hoje é o seguinte, é inconcebível que uma pedreira parada, falida há tanto tempo continuasse a ter extração de pedras como era de facto. Havia duas giratórias a trabalhar permanentemente, havia n camiões a trabalhar permanentemente, hoje neste momento está lá só uma giratória. A primeira pergunta é, a suspensão dos trabalhos deveu-se a quê? Quem é que deu, digamos, o murro na mesa, se foi dado, ou nós vamos assistir aqui a uma paragem calculada para que o povo serene e depois volta-se à carga? Só mais uma nota e é muito rápido, não gostei do silêncio sepulcral do silêncio absoluto do PAN nesta Assembleia. É uma esfera do seu lado. Peço que alguém suba para levantar as assinaturas que nós trazemos pois eu não sei como fazer para chegar lá baixo.-----

Foi dada a palavra ao cidadão **Carlos Reis**, que disse que não vem como representante de nenhuma associação, nem defensor de nenhuma cor política, venho aqui como cidadão louletano e como eleitor que até nas últimas duas eleições autárquicas votou no senhor Presidente da Câmara e é a si que quero fazer-lhe uma pergunta muito específica, uma pergunta que já foi feita na última Assembleia, que já foi feita hoje aqui, mas que obtive uma resposta, a meu ver, de conteúdo vago, muito sentido e acredito com verdade, mas de conteúdo vago. Respondeu a esta pergunta na última Assembleia dizendo que iria proteger as pessoas, obviamente que iria proteger as pessoas, nunca iria dizer que não iria proteger as pessoas, respondeu dizendo que era completamente contra este projeto, eu acredito, mas seria suicídio político dizer que não era contra este projeto, que defenderia uma lixeira deste tamanho no nosso concelho e, portanto, a pergunta que eu lhe queria fazer é desde a última Assembleia e nos próximos dias, que ações concretas, que medidas específicas tomou e há-de tomar para impedir o licenciamento e que este projeto continue e seja aprovado. Eu não queria ver o senhor Presidente da Câmara como um espectador que não concorda com o projeto, mas que nada pode fazer. Eu creio que poderá certamente fazer muito e daí que gostaria que me dissesse o que é que poderá fazer neste projeto. Desengane-se quem acha que isso é um problema apenas do Matos de Picota, desafio os senhores deputados de todos os partidos que não são de resíduos indiferenciados, são resíduos até especificamente perigosos, e que causaram todas elas, queixas das populações a vários quilómetros de distância de novos cheiros, de lixos que são transportados por animais principalmente voadores, de contaminação de águas, etc. Eu acredito que todas essas estações foram também a pareceres ambientais, a certificados técnicos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

[Handwritten signatures and initials in the top right corner.]

especializados e todos elas passaram como esta acabará por passar se ninguém fizer nada. E o que eu gostava e porque acredito que o senhor Presidente no futuro será julgado neste processo como herói ou como vilão, nunca como um espectador que nada pode fazer, mesmo que seja esse o caso, será sempre julgado como herói ou como vilão, gostava que o senhor Presidente assumisse e dissesse o que é que vai fazer em concreto para impedir que este projeto se concretize. Só uma questão profissional que não vi a ser levantada na última Assembleia, nem hoje. Os ventos predominantes na nossa região e no nosso concelho são de Oeste para Este. Esta lixeira estará situada a Oeste do concelho, uma região mais elevada e mais alta, ou seja, os perigos de trazer mau-cheiro ou mesmo que não se sinta o cheiro a muita distância de poluir o ar é bastante elevado, a 600 metros a Este da lixeira, portanto, nesse sentido de Oeste para Este, está uma Escola Primária, portanto, é um atentado à saúde pública no concelho de Loulé e eu confiante e com confiança no senhor Presidente quero me deitar descansado sentindo que votei bem e, portanto, peço ao senhor Presidente que tome as rédeas deste processo, que tome o volante e que não esteja só no autocarro a bater contra a parede. -----

Foi dada a palavra ao cidadão **Jorge Gonçalves**, que em primeiro lugar solidarizou-se com o 2.º secretário. Posto isto, queria fazer algumas questões relativamente a Parragil. A primeira questão vem ao encontro da questão que temos vindo a colocar aqui e hoje não é exceção. Quais são as garantias que o senhor Presidente nos dá ou qual o esforço, até onde está interessado em fazer e empenhar-se para evitar a todo o custo que aquela estação de tratamento, mais concretamente (inaudível). ---- A outra questão é o Largo do Parragil. Foi prometido várias vezes nas diversas eleições que o largo iria ser restaurado e requalificado. Sinceramente este ano não houve eleições no Parragil, não houve, pelo menos, comício na sociedade. Este ano foi prometido, mas pelo menos há já 20 anos para cá que prometem a requalificação do largo, vamos fazer aqui porque se tirou o poço, vamos requalificar. Para que isso aconteça há duas situações. Havia um terreno do lado norte que deixaram fazer uma obra e agora torna-se muito difícil fazer. Não sei como é que deixaram e não negociaram com a dona. Do lado sul, onde está a sociedade, eu acho que a Câmara deveria adquirir a sociedade, mas acho que há um problema da Câmara de abrir um precedente e é aqui que eu fico um bocado incrédulo porque vejo que no concelho de Loulé, não estou contra isso, pelo contrário, mas acho que no Parragil deviam fazer também porque temos sido muito penalizados com muitas coisas, têm de fazer alguma coisa por nós. Acho que têm que requalificar o largo, fizeram várias vezes campanha lá, nunca fizeram o largo. Este ano não houve lá campanha, se calhar foi por causa disso. -----

Eu também fui sempre contra os programas dos orçamentos participativos. E fizeram um orçamento participativo com a requalificação do Parragil a concorrer com outra situação e eu nunca concordei com isso, porquê? Porque as pessoas diziam às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

outras para votar, aquilo foi uma completa anarquia e agora queremos ser ressarcidos, pois não foi justo a forma como fizeram pois não houve equidade. -----

Foi dada a palavra ao senhor vereador **Abílio Sousa** para responder às situações que os cidadãos Susana Gil e Nelson Gil trouxeram. É um assunto que sabemos, o Presidente da Junta de Freguesia tem participado essa preocupação. É uma situação que não é fácil de resolver, tem a ver com um problema que vem há muitos anos atrás, que se relaciona com toda a parte de saneamento da zona industrial que terá sobrecarregado a Rua do Calvário, ou seja, vai para a Estação Elevatória das Pereiras e das Pereiras vai direta a Almancil através da Rua do Calvário. Nós já reunimos com as Águas do Algarve e eles também estão no entendimento de construir um emissário e será esse emissário que fará com que haja a possibilidade de retirar esta sobrecarga de esgoto de dentro de Almancil. Os maus cheiros devem-se a acumulação de gases, foi colocada uma chaminé, no entanto, a chaminé não resolveu a 100%. Mas nós iremos fazer uma requalificação naquela rua, aquela é uma rua que tem constantemente, também, problemas de ruturas de água, é por isso que tem aqueles remendos no pavimento, mas nós achamos por bem não fazer aquilo que já tinha sido feito no passado que é jogar um tapete para cima e deixar o problema sem solução. Nós estamos a encontrar uma solução, estamos a trabalhar num projeto e vamos requalificar aquela rua. Quero deixar a garantia aos senhores que estamos a trabalhar e não está no esquecimento com o problema que existe naquela rua. -----

Em relação ao que o cidadão Jorge Gonçalves transmitiu em relação aos semáforos que não se encontram em funcionamento no Parragil, eu desconhecia, irei reportar aos técnicos e possivelmente durante a semana que vem tentarão encontrar uma solução para que estejam em funcionamento. -----

Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, que disse que irá circunscrever-se às questões concretas sobre o Processo 257/20 que é a Estação de Triagem de Lixos nos Matos da Picota. Primeira coisa, passou uma semana, apenas, portanto a evolução não foi muito grande porque o tempo passado foi curto e, não há grande evolução. Mas mesmo assim há. Eu queria que todos ficassem absolutamente cientes de que a Câmara Municipal de Loulé, o Executivo ao qual presido está totalmente contra a instalação daquela estação de triagem que se propõem ali fazer. Portanto, que não fiquem dúvidas nenhuma. Este processo está a correr e tem vários aspetos, há aspetos que correm dentro da Câmara Municipal de Loulé pelos quais nós somos responsáveis e isso tem a ver com um projeto de alteração e de requalificação daqueles armazéns lá instalados, essa é a parte que a nós diz respeito. A parte que diz respeito à autorização do licenciamento daquela atividade, é a CCDR Algarve. A CCDR Algarve é a autoridade AIA – Avaliação de Impacto Ambiental. A questão que se coloca é esta, nós fomos contactados pela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

CCDR, enviaram-nos um ofício em sede de avaliação se deverão ou não submeter aquele processo à Avaliação de Impacto Ambiental. Consultaram-nos a nós, aliás eu disse isso, esse pedido de consulta tinha chegado há 8 dias. Quero vos dizer que hoje mesmo foi enviada a resposta que a Câmara Municipal de Loulé juntamente com os seus técnicos conscienciosamente, cuidadosamente elaborou. E quero dizer-vos que o sentido desse parecer que a Câmara mandou para a CCDR é absolutamente, deixem-me usar a palavra, demolidor nos seus argumentos. Nós justificamos de A a Z porque é que não concordávamos com aquele equipamento ali, porque ele tem impactos altamente negativos quer no Ambiente, quer nas pessoas que vivem ali na proximidade. Aliás, estiveram aqui hoje várias pessoas que disseram do seu desgosto e da sua tristeza que ao fim de tantos anos de trabalho e tendo ali um lugar que escolheram foi o seu projeto de vida para serem felizes e para morar se veem agora, sem mais, assim desta maneira confrontados. Os prejuízos serão muitos e aliás as pessoas aqui, elas próprias já os elencaram. Desde danos de paisagem, aquele lugar é visível a partir da A22, está num lugar com uma visibilidade para Vilamoura, para Quarteira, que é inquestionável. O movimento dos camiões é absolutamente insuportável, os cheiros que dali advirão, não tenho dúvidas absolutamente nenhuma disso. Que haverá cheiros, haverá coisas a esvoaçar. Nós já sabemos, nós temos o aterro sanitário na Cortelha, sabemos que essas coisas acontecem. E, portanto, eu estou de acordo, estou ao lado, se for preciso, não estou ao lado, verdadeiramente estou à frente da vossa indignação e do vosso protesto. E quero pedir-lhes que tenham confiança em mim porque eu estou a fazer tudo aquilo que estiver ao meu alcance para vos defender, porque acredito que vocês têm que ser defendidos, os moradores. E mais, também vos queria dizer, o Presidente da Câmara é alguém que exerce as suas funções no quadro da legalidade, as leis existem, vivemos felizmente num Estado de direito e em democracia e, portanto, há aqui também aspetos neste processo que a mim também me preocupam porque eu sei que a aplicação da lei não significa automaticamente que essa aplicação resulte num bem público. Às vezes há coisas que são legais e que resultam mal, não resultam na defesa do interesse do cidadão, pode acontecer isso, mas se isso acontecer, passamos para o lado político e também aí vocês podem contar com o Presidente da Câmara para dizer, OK, até pode ter alguns aspetos de base legal, mas ainda assim nós estamos contra e queremos dizer porquê, e eu conto com esse movimento das pessoas, com a indignação das pessoas, com os abaixo-assinados, com as conversas, isso tudo tem que continuar porque senão pode acontecer aquilo que alguém disse há bocadinho aqui, julgo que foi o cidadão Carlos Reis, que disse que conhece vários equipamentos da mesma natureza a funcionarem em muitos lugares, provavelmente, também tiveram indignação popular, no entanto, eles lá estão. Portanto, eu não quero que este seja mais um desses, não quero. Portanto, para ser concreto e responder às perguntas, que ações concretas, bom uma semana, enfim,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

para além dos telefonemas que tenho feito às entidades a alertar, vejam lá, isso é um erro, a população não vai aceitar isso, tenho feito isso. Medidas específicas? Elaboramos esse parecer que eu vos disse que foi hoje para a CCDR e que chegará nos próximos dias e que irão com certeza conhecê-lo. Acha que eu posso fazer muito? Eu também acho que posso fazer muito. E acho que vou fazer muito para que não tenhamos ali uma coisa que será altamente gravosa para a vida das pessoas, para a imagem do Algarve e para a nossa atividade económica de excelência que é o turismo. Isto é o que eu tenho a dizer sobre este assunto que nos vai continuar a preocupar nos próximos meses, mas tenham confiança. Apoiem a Câmara, juntem-se, mobilizem-se, não batam só à porta da Câmara Municipal de Loulé, há que bater a mais portas, se isso for necessário. Esse é o apelo que eu vos deixo, porque eu também não quero ali, porque acho que é um dano para as pessoas e para a natureza. -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

2 - Período de Antes da Ordem do Dia; -----

O senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, informou da entrada de um requerimento do PAN sobre o Centro de Operações do ReFood em Almancil que aguarda informação do Município. -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

Voto de Saudação aos Deputados Concelhios eleitos para a AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve. -----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **João Carlos Santos (PSD)**, para ler o Voto de Saudação aos deputados Concelhios eleitos para a AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve. Na passada segunda-feira, dia 6 de dezembro de 2021, decorreu no Teatro das Figuras, em Faro, a tomada de posse dos órgãos da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve. A bancada do grupo municipal do Partido Social Democrata reconhece na AMAL um organismo fundamental para o potenciar e a consequente desenvolvimento dos municípios associados, contribuindo para o reforçar da identidade do Algarve tendo sempre presente uma ótica de parceria e de colaboração harmoniosa entre municípios, salvaguardando assim as suas necessidades comuns e reforçando a coesão intermunicipal. Perante este enquadramento a bancada do grupo municipal do PSD destaca, Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes do PS, João Carlos Dias Santos do PSD, Maria Esteves Ferreira Lourenço do PS, Cláudia Isabel Martins Mendes do PSD, Abel Filipe dos Santos Matinhos do PS, Elisabeta Ecaterina Necker do PS. Aos deputados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

intermunicipais que tomaram posse, a bancada do grupo municipal do PSD saúda-os e faz votos na prossecução de um mandato profícuo e participativo, tendo sempre presente as melhores práticas democráticas e de representação do município de Loulé e de mais comunidade intermunicipal. Pela bancada do grupo municipal do PSD. -----

Pediu para intervir a senhora deputada **Ana Poeta (PAN)**, que disse que começava por desejar um bom mandato aos eleitos e ainda de reler algumas das palavras que foram referidas no voto de saudação. Reforçar a identidade do Algarve, ótica de parceria, colaboração harmoniosa, coesão e mandato participativo. São palavras bonitas, mas que na realidade não refletem a diversidade desta Assembleia. Lamento apenas que não tenha existido abertura por parte para a integração das listas apresentadas e posteriormente votadas de deputados municipais de outras bancadas políticas levando assim a cabo a denominada representação do município de Loulé.-----

Pediu para intervir o senhor deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse não ver razões para tal saudação, os representantes da Assembleia foram eleitos no dia 6 de dezembro, tomaram posse, outra coisa não seria desejável, talvez no final do ano poderemos saudá-los, mais tarde, após um balanço de um trabalho desenvolvido e pelas funções prestadas no plenário da Assembleia. Portanto, acho que esta saudação não ata, nem desata, nem acrescenta nada praticamente, portanto, é uma saudação, nós cá estamos para saudar.-----

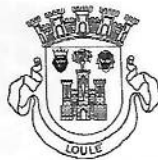
Passou-se à votação;-----

Foi aprovado por unanimidade. -----

Este Voto de saudação faz parte integrante desta Ata ficando anexada à mesma. ----

Moção apresentada pelas bancadas do PSD e CDS-PP à memória de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa.-----

Foi dada a palavra à senhora deputada **Cláudia Mendes (PSD)**, que disse que considerando que no passado dia 4 de dezembro fez 41 anos que num desastre de aviação conhecido como Acidente de Camarate ou Atentado de Camarate faleceram Francisco Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa, António Patrício Gouveia e respetivos acompanhantes e pilotos da aeronave. Francisco Sá Carneiro foi um político marcante cuja ação política deixou marcas profundas na nossa sociedade, muito prometia enquanto primeiro-ministro reformador que estava a conseguir com que a sociedade portuguesa ultrapassasse os traumas, as divisões do então



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

passado recente promovendo em simultâneo o desenvolvimento económico do país, a abertura de negociações com a CEE que seria seguida pelos governos seguintes, mas e, sobretudo, conseguindo restabelecer a ordem política com o regresso dos militares aos quartéis e a proposta da extinção constitucional do Conselho da Revolução. Adelino Amaro da Costa foi um dos fundadores do CDS a ocupar o lugar de ministro da Defesa Nacional no Governo da Aliança-Democrática presidido por Francisco Sá Carneiro. O seu génio está refletido também em textos como a Declaração de Princípios do CDS, nos escritos do Governo e os depoimentos sobre a Defesa Nacional que registaram o seu pensamento extremamente sagaz e evoluído. Não obstante a morte precoce de ambos, Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa continuam a ser grandes referências nacionais, como políticos sérios e responsáveis que se empenharam ativamente na construção de um país desenvolvido e democrático. Como tal, defendia Francisco Sá Carneiro "vivemos uma oportunidade única de construir um país novo, humano e justo, não apenas um país para alguns." Pelo que os grupos municipais do PSD e o CDS propõem que a Assembleia Municipal de Loulé na sua reunião de 10 de dezembro delibere prestar homenagem a Francisco Sá Carneiro e a Adelino Amaro da Costa e de mais acompanhantes no voo fatídico no quadragésimo primeiro aniversário das suas mortes com um minuto de silêncio. Pelos grupos municipais do PSD e do CDS.-----

Foi dada a palavra à senhora deputada **Ana Poeta (PAN)**, que disse que mais uma vez irá começar com uma citação da moção, que refere que, não é, não apenas um país para alguns. Assim sendo e uma vez que hoje é o Dia Internacional dos Direitos Humanos consideramos que esta moção peca pelo não reconhecimento das restantes vítimas de viação. Todas as vítimas têm nome e esses nomes são Maria Manuel Pires, Snu Abecassis, no texto referidas como acompanhantes, Jorge Albuquerque e Alfredo Sousa, pilotos. Eu não sei se a bancada tem interesse em alterar as descrições que tem aqui como respetivos acompanhantes e depois mais em baixo novamente demais acompanhantes pelos nomes efetivamente das vítimas que também estavam no avião. -----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que disse que com certeza que aceita a sugestão da inclusão dos nomes das vítimas, não tem problema nenhum e agradecemos o reparo e com certeza que é muito bem-vindo. ---

Foi dada a palavra à senhora deputada **Sandra Castro (CHEGA)**, para dizer que realmente Francisco Sá Carneiro é uma pessoa que merece de facto ser lembrada, cuja memória não deve ser esquecida e que também é importante passar a história, às novas gerações e concordo com esta moção pois, de facto, foi uma pessoa que morreu a servir Portugal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Pediu para intervir a senhora deputada **Maria Esteves (PS)**, que disse que o Partido Socialista concorda e até com a proposta de alteração aqui proposta pela Senhora Deputada do PAN, no entanto, nós vamos apresentar uma declaração de voto e que será lida pelo senhor deputado José Miguel Monteiro. -----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **José Miguel Monteiro (PS)**, que disse que a bancada do Partido Socialista vota favoravelmente a moção dos grupos municipais do PSD e do CDS à memória de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa falecidos naquele fatídico desastre aéreo de 4 de dezembro de 1980 que a 10.^a Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate concluiu ter-se tratado de um atentado reconhecendo a sua elevação política e o seu papel tal como de todos os dirigentes políticos à época na consolidação da democracia em Portugal na sequência do dia 25 de Abril de 1974. Ambos, tal como Mário Soares, Álvaro Cunhal, Diogo Freitas do Amaral e entre outros menos protagonistas, mas ainda assim determinantes no decurso deste processo histórico que nos permite hoje ser livres de direito e de facto, constituem um património que não devemos, nem podemos deixar cair no esquecimento. -----

Pediu para intervir o senhor deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse que em relação a esta proposta de saudação do PSD, o Bloco de Esquerda lamenta a morte dos cidadãos envolvidos no acidente de aviação ocorrido em 1980. Passados 41 anos e muitas homenagens prestadas não compreendemos o sentido desta moção, a não ser estarmos motivados a estarmos perto de eleições. No entanto queria propor ao autor da moção que no primeiro parágrafo propomos a retirada de "atentado", pois nas múltiplas comissões de inquérito na Assembleia da República nunca foi provada esta tese. No segundo parágrafo julgo que "abertura de negociações com a CEE que seria seguida pelos governos seguintes", proponho que fique por aqui porque, conseguindo restabelecer uma ordem política com o regresso dos militares aos quartéis em 1980 e a proposta de extinção constitucional do Conselho de Revolução, portanto, o Conselho foi extinto em 30 de setembro de 1982 na sequência da Constituição de 1976 que estava previsto. No entanto, em relação à homenagem e aos cidadãos acho que se deve prestar um minuto de silêncio pela morte dos cidadãos. -----

Foi dada a palavra à senhora deputada **Carla Gomes (CDU)**, que disse que embora esta bancada não acompanhe a argumentação desta moção é prestar uma homenagem a políticos que fizeram parte da nossa história política. Vamos abster-nos, mas acompanhamos a homenagem às vítimas como as vítimas de um acidente. -----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que se referiu à proposta do Bloco de Esquerda, esta não irá mudar em nada o sentido da moção e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

uma vez que aceitou a realização do minuto de silêncio, dado que era esse o objetivo desta moção, devemos prosseguir com o minuto de silêncio. Não vai alterar o objetivo da moção. -----

Passou-se à votação; -----

Foi aprovada por maioria com 33 votos a favor e 2 abstenções. -----

Esta Moção faz parte integrante desta Ata, ficando anexada à mesma. -----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **Carlos Martins (BE)**, para ler a declaração de voto. Nós abstivemos nesta moção porque não foram aceites propostas que eram importantes, nomeadamente, a tese do atentado, mas estamos profundamente solidários com as homenagens às vítimas e a prestar um minuto de silêncio. -----

Esta Declaração de Voto deputado **Carlos Martins (BE)**, do faz parte integrante desta Ata ficando anexada à mesma. -----

Voto de saudação do Partido Social Democrata pelo Dia Internacional dos Direitos Humanos. -----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **João Carlos Santos (PSD)**, para ler o Voto de Saudação pela celebração do Dia Internacional dos Direitos Humanos. O dia 10 de dezembro é um dia de grande importância, na medida que reconhece direitos do ser humano como fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. Lembramos muitas vezes que um pouco por todo o mundo continuam a existir situações de perseguições, torturas, detenções arbitrárias, execuções extrajudiciais, entre muitos outros, e que proliferam em países como a Coreia do Norte, a Síria, o Irão ou a China. Poderíamos facilmente cair no erro que esses atropelos à liberdade humana acontecem sobretudo e quase sempre fora das nossas fronteiras, mas basta lembrar-nos da morte de Ihor Homenyuk, dos inúmeros processos de corrupção na esfera pública e da violência continuada contra as mulheres, um assunto trazido por esta bancada na última sessão da Assembleia Municipal, para rapidamente olharmos para uma realidade muito menos romântica. Em março de 2020 Ihor Homenyuk faleceu no centro de instalação temporária do Aeroporto de Lisboa. A sua morte teve o envolvimento de 3 inspetores do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras que foram condenados em maio de 2021 a 7 anos de prisão pelo crime de ofensa à integridade física qualificada agravada pela morte da vítima. Em 2020, Portugal ocupou o 30º lugar numa lista que reflete o grau de corrupção de 180 países, Transparency International, tendo ficado atrás da maior parte dos países da Europa ocidental. A corrupção exige medidas de punição severas, pois lesa a



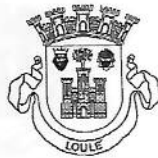
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ



economia, cria uma sensação de impunidade, pode contaminar cidadãos honestos e gera ausências de confiança nas instituições, a corrupção é também ela um claro atentado aos direitos humanos que deve ser combatida ferozmente sob pena de contaminar para sempre os princípios democráticos que nos têm norteado desde o 25 de Abril de 1974. Sobre a violência doméstica e não doméstica contras as mulheres, o Conselho da Europa constatou que em 2020 morreram 26 mulheres em contexto de violência doméstica, em 2019 foi deduzida a acusação em apenas cerca de 16% dos casos em que foram abertas investigações, não tendo havido lugar a ações posteriores em cerca de 60% dos casos. As penas de prisão aplicadas foram suspensas em 90% dos casos. Conclusão, mesmo em Portugal que se pauta pela reverência e implementação dos princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no normativo que deveria de outras convenções a que o Estado português se encontra vinculado, os direitos humanos são alvo de inquietos incumprimentos. Dessa forma, é com elevado sentido de missão que a bancada do PSD vem propor um voto de saudação relativo à celebração deste dia para que não caia no esquecimento contínuo no trabalho que tem que ser realizado por todos, pelo Executivo da Câmara Municipal de Loulé, pela Assembleia Municipal, enquanto órgão fiscalizador, mas sobretudo de todos nós individualmente para que a nossa atuação individual e coletiva incida sempre na defesa inabalável dos princípios consagrados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem. O grupo municipal do PSD.-----

Pediu para intervir o senhor deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse que são a favor deste voto de saudação até porque o Bloco de Esquerda tem defendido incansavelmente esta causa, nomeadamente, através da nossa Deputada europeia Marisa Matias, que tem feito um trabalho notável na Comissão para os Refugiados. Em relação ao texto deveria ser reformulado porque no segundo parágrafo está uma afirmação que não corresponde à verdade. Portanto, não foi por iniciativa do PSD que o assunto da violência doméstica foi debatido nesta Assembleia, mas sim por iniciativa do Bloco de Esquerda e do PS. Por isso, proponho a seguinte correção, por iniciativa das bancadas do BE e do PS e com o apoio do PSD e aprovada por unanimidade na última Assembleia Municipal. Por outro lado, julgamos que falta um parágrafo referente ao drama dos refugiados porque realmente os refugiados que todos os dias chegam aos milhares à Europa é um drama ao qual os direitos humanos têm que ser cumpridos.-----

Pediu para intervir a senhora **Deputada Ana Poeta (PAN)**, que disse que o dia 10 de dezembro é um dia de grande importância, sim, o Dia Internacional dos Direitos Humanos e existe direito mais básico do que o direito à alimentação? O direito à alimentação é um dos direitos humanos que todos os seres vivos têm, foi reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 como fazendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

parte de um direito a um nível de vida decente. Posteriormente foi consagrado no Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos Sociais e Culturais que estabelece e passo a citar “que o direito à alimentação adequada é concretizado quando cada homem, mulher, criança, sozinha ou em comunidade com outros, tenha acesso físico, económico à alimentação adequada ou meios para a sua obtenção. Portanto, enquanto houver um louletano a depender da caridade alheia estaremos sempre a falhar. -----

Foi dada a palavra à senhora **Deputada Maria Esteves (PS)**, que disse que em primeiro lugar a bancada do Partido Socialista acompanha o deputado Carlos Martins do Bloco de Esquerda em que de facto na última Assembleia Municipal este tema foi levantado pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Socialista, mas nós relevamos isso até pela importância do tema. Nós votamos favoravelmente, como não podia deixar de ser, mas temos uma declaração de voto que vai ser apresentada pela Deputada Elisabeta Ecaterina Necker. -----

Foi dada a palavra à senhora **Deputada Elisabeta Necker (PS)**, que disse que a bancada municipal do Partido Socialista não pode deixar de votar favoravelmente qualquer iniciativa em defesa dos direitos humanos. Assim, considerando que a ONU escolhe anualmente um tema que considera pertinente e atual que em 2020 o tema foi por força da pandemia recuperar melhor, defender os direitos humanos, e que em 2021 por força de não cumprimento definitivo do consagrado designadamente o artigo 1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, todos os seres nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Dotados de razão e de consciência devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade e equidade, reduzindo as desigualdades, avançando nos direitos humanos. Consideramos acrescentar a xenofobia nos direitos humanos, a xenofobia crescente como um dos maiores inimigos dos princípios da igualdade e da não discriminação que estão no centro dos direitos humanos. Terminamos esta declaração salientando o empenho e a luta do Secretário-Geral da ONU, António Guterres, que numa perspetiva profundamente humanista destaca os direitos fundamentais como instrumentos para promover o desenvolvimento sustentável para evitar conflitos, reduzir o sofrimento humano e construir um mundo justo e equitativo num contexto histórico em que, conforme as suas próprias palavras, os direitos humanos estão sobre ataque. -----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **João Carlos Santos (PSD)**, apenas para deixar um reparo que esta bancada não está aqui a dizer que foi ela em primeiro lugar, ou seja, qual for o lugar, a trazer o assunto à discussão à Assembleia, estamos a dizer que foi um assunto trazido por esta bancada na última sessão da Assembleia, não estamos aqui a enumerar que fomos os primeiros ou os segundos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

_____ não é isso que se trata. Peço a vossa compreensão. _____

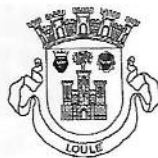
_____ Passou-se à votação; _____

_____ Foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Este Voto de saudação faz parte integrante desta Ata, bem como a declaração de voto do PS ficando anexada à mesma. _____

_____ **Moção apresentada pela CDU pelo fim das portagens na Via do Infante.** _____

Foi dada a palavra à senhora deputada **Carla Gomes (CDU)**, que disse que queria fazer uma pequena alteração à moção, ela era para ter dado entrada na última Assembleia e por não respeitar os períodos regimentais, a mesma foi apresentada hoje. Por isso na parte que se fala no “próximo” irá ser “no passado”. Dez anos depois a luta continua pelo fim das portagens na Via do Infante. No passado dia 8 de dezembro assinalaram-se 10 anos da imposição de portagens na Via do Infante pelo Governo PS, José Sócrates, contra a vontade dos trabalhadores e das populações do Algarve. Uma decisão que tem sido confirmada nos anos seguintes pelos sucessivos governos PSD-CDS e do PS que prejudicou gravemente a região constituindo-se como um fator de extorsão da riqueza produzida na região por parte do grupo económico que ficou com a concessão desta autoestrada. Dez anos de portagens que foi um fator de atraso ao desenvolvimento do Algarve, do agravamento da sinistralidade, pois parte do tráfego foi desviado para a EN125, perda de competitividade pelas empresas da região e de um empobrecimento das populações. O facto desta autoestrada ter sido construída com os dinheiros públicos e de estar ao serviço da acumulação privada torna ainda mais grave a convivência de sucessivos governos com esta situação. Ao longo dos anos, nem as populações, nem a CDU se conformaram com esta decisão. A intensa luta, denúncia e proposta que foi desenvolvida obrigou os últimos governos do PS a reduzirem o valor das portagens, como aliás ficou consagrado no último orçamento do Estado para 2021 em que a redução para os 50% dos valores da portagem foi imposta contra a vontade do PS. No entanto, estes avanços que se alcançaram e os últimos que entraram em vigor no passado dia 1 de julho não resolveram em definitivo este problema. Apesar das sucessivas propostas, designadamente do PCP, no sentido da abolição imediata das portagens, PS, PSD e CDS opuseram-se sempre a esta eliminação. Se o Algarve está ainda hoje confrontado com as portagens na Via do Infante é porque PS, PSD e CDS assim o quiseram. Aos que não se cansam de acenar com supostas virtudes das chamadas parcerias público-privadas convidamos a porem os olhos na Via do Infante e na EN125 cujas obras estão paradas com o Estado a pagar dezenas de milhões de euros às concessionárias. E facilmente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ



verificarão onde é que está a política de direita que favorece os interesses dos grupos económicos em detrimento de toda uma região e da população que aqui vive e trabalha. Reafirmando o seu compromisso com os trabalhadores e o povo, a CDU sublinha que continuará a intervir até que as portagens na Via do Infante sejam abolidas e até que a EN125 seja integralmente requalificada. Assim, a eleita pela CDU na Assembleia Municipal de Loulé reafirma a necessidade imediata da abolição das portagens na Via do Infante, bem como a requalificação integral da EN125. -----

Foi dada a palavra à senhora deputada **Sandra Castro (Chega)**, que disse que concorda com o que foi dito, o investimento público por parte do Governo central aqui no Algarve é praticamente nulo por isso o mínimo que o Governo devia fazer era de facto assumir os custos da Via do Infante. A EN125 não faz sentido, parece mais um centro comercial, não tem quaisquer condições, a via férrea é uma vergonha como todos nós sabemos e temos que pagar a única autoestrada que existe no Algarve, não faz sentido. Além disso, a Via do Infante já foi paga umas 4 ou 5 vezes, por isso concordo com aquilo que foi dito. -----

Foi dada a palavra à senhora deputada **Maria Esteves (PS)**, que disse que a bancada do Partido Socialista vota a favor desta moção, porém, faz questão de apresentar uma declaração de voto. -----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **João Cabrita (PS)**, que disse que em 2011 foram introduzidas as portagens da A22 já no governo PSD-CDS na defesa do princípio do utilizador-pagador. O Partido Socialista comprometeu-se desde sempre com a redução progressiva até 50% do valor das portagens e nos últimos 6 anos este compromisso tem sido cumprido. Desde sempre que a oposição a este pagamento foi transversal às forças políticas algarvias. A Assembleia Intermunicipal do Algarve aprovou por unanimidade uma proposta também da CDU para abolir as mesmas. O PSD propôs para o orçamento de Estado 2020-2021 uma redução de 50%, porém, essa redução visou revogar todos os descontos já conquistados. A bancada do Partido Socialista acredita que esta luta é de todos os algarvios, a A22 é um elemento-chave na coesão socioeconómica do Algarve visto não existirem alternativas seguras e adequadas para a ligação entre o Sotavento e o Barlavento algarvios. A bancada do grupo municipal do PS ressalva ainda as deficientes condicionantes da circulação na EN125 no Sotavento na requalificação dessa zona ainda em falta e a escassa fluidez no trânsito nas restantes zonas com a não inclusão das variantes e na duplicação da via anteriormente projetadas e que foram eliminadas do projeto inicial aquando da renegociação do combate entre o governo PPD-PSD e a concessionária Rotas do Algarve Litoral em 2014. E, nesse sentido, a EN125 não deve ser considerada uma alternativa viável quando comparada a fluidez de tráfego potenciado pela A22. Importante dizer ainda que há pouco tempo foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

elaborado um projeto de resolução aprovado por unanimidade que se recomendava ao Governo resolver os problemas da EN125, importante relembrar também que o XVIII Governo Institucional, Governo Partido Socialista, lançou a obra para a requalificação que pararam com a entrada do Governo PSD-CDS. Por estes motivos, a bancada do PS não vê outro voto possível que não seja o voto a favor. ---

Pediu para intervir o senhor deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse que o Bloco de Esquerda ao longo dos últimos anos tem apresentado diversos projetos na Assembleia da República, assim como participado em protestos para eliminar as portagens na Via do Infante, obra construída com fundos comunitários, mas nunca teve sucesso porque o PSD e o PS sempre inviabilizaram esta pretensão. Mas não desistimos. Em 15 de maio de 2020 apresentamos na Assembleia da República um Plano de Emergência Social e Económico para o Algarve aprovado por larga maioria com os votos a favor do BE, PCP, PEV, PAN, PSD e Chega, os votos contra do PS e da Iniciativa Liberal e a abstenção do CDS e dos deputados do PS eleitos pelo Algarve transformado na resolução da Assembleia da República n.º 51/2020. Entre as medidas destaco as dedicadas às infraestruturas rodoviárias e ferroviárias. Portanto, foi aprovado suspender as portagens na Via do Infante pelo menos até à total requalificação da EN125, como forma de diminuir os acidentes rodoviários, de combater as assimetrias e as dificuldades sentidas por pessoas e empresas em tempos de pandemia que infelizmente ainda continuam. Avançar com a total requalificação da EN125 resgatando a concessão entre Olhão nascente e Vila Real de Santo António de forma a melhorar a mobilidade da zona do Sotavento e proceder à modernização e eletrificação da linha ferroviária regional, incluindo o material circulante dando início a um processo já previsto e que deve ser acelerado. Neste momento sabemos que parte da obra está em curso. -----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que disse que alguns factos são necessários que sejam ditos, pois o PSD apresentou uma proposta de alteração do Orçamento de Estado 2021 que foi aprovada por maioria parlamentar com o voto contra do PS no sentido dos utilizadores dos lances e sublances da A22 passarem a partir de 1 de julho de 2021 a usufruir de um desconto de 50% no valor da taxa da portagem aplicável em cada transação e usufruir de um desconto de 65% no valor da taxa de portagem aplicável em cada transação para veículos elétricos e não-poluentes. E aquando da aprovação do Orçamento de Estado, o Governo apelidou a proposta do PSD de coligação negativa e ameaçou recorrer ao Tribunal Constitucional para impedir a sua entrada em vigor dizendo que se tratava de uma proposta irresponsável, que a fatura sairia cara aos portugueses na medida em que a redução proposta pelo PSD apresentava um custo de 1.500 milhões de euros. Veja-se, entretanto, que o Governo socialista fez para não cumprir a lei do orçamento de Estado e em concreto o regime de descontos aprovados,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

através de uma Portaria de 31 de dezembro, no último dia do ano, o Governo procedeu à revogação de todas as portarias que fixaram taxas e regimes de descontos procedendo à fixação de novos descontos e fixando novas taxas. Ou seja, o Governo revogou a legislação, fixaram valores de portagens e descontos e estabeleceu um novo regime de descontos e novos valores de taxas sobre as quais vão ser aplicados os descontos a 50 e 70% aprovados pelo Orçamento do Estado. Ou seja, o Governo em vez de aplicar o desconto aprovado sobre o valor da portagem, que vigoravam em 2021, está a aplicar valores diferentes que reduzem significativamente a proporção percentual do desconto que era expectável. O Governo por via de um expediente que atenta contra os princípios que devem nortear a atuação de um Estado de direito democrático designadamente a política de boa-fé, ludibriou a expectativa dos algarvios e não respeitou a vontade de um órgão de soberania, a Assembleia da República. É importante, de facto, que estes apontamentos sejam mencionados. O nosso sentido de voto será a abstenção.-----

Pediu para intervir a senhora deputada **Ana Poeta (PAN)**, que disse que a bancada do PAN está a favor da moção proposta, pois nós consideramos que a Via do Infante foi construída no sentido de ser uma via estruturante no combate às assimetrias e facilitar a mobilidade de pessoas e empresas com vista ao desenvolvimento económico e social do Algarve. No entanto, as portagens revelaram-se um fator potencializador de apenas desigualdades e assimetrias através do seu sistema de cobrança de portagens que apenas penalizam aqueles que menos têm. Dela apenas resultam prejuízos económicos e vítimas na EN125. Eliminar portagens é para a bancada do PAN defender os princípios da solidariedade, de defesa da coesão social, da promoção da melhoria das acessibilidades territoriais como instrumento de uma estratégia de desenvolvimento sustentável e na consagração no direito à mobilidade como estruturante de uma democracia moderna.-----

Passou-se à votação; -----

Foi aprovada por maioria, com 28 votos a favor e 8 abstenções.-----

Esta Moção faz parte integrante desta Ata, ficando anexada à mesma. -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

5- Período de Antes da Ordem do Dia. -----

Pediu para intervir a senhora deputada **Carla Gomes (CDU)**, para prestar uma homenagem ao Jornal A Voz de Loulé pelo seu 69.º Aniversário fundado pelo José



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Maria da Piedade Barros que o dirigiu até à sua morte e continuado pela família, é agora dirigido por Natalie Dias que mantém o grupo de informação local e como elo de ligação dos louletanos espalhados pelo mundo. -----

Gostaria também de prestar homenagem a Florindo Pinheiro e Flávio Santos, atletas do Louletano Desportos Clube por se terem sagrado campeões do mundo na modalidade de Powerlifting e a Armando Seruca do Louletano que ao longo dos anos tem dedicado a sua vida ao desporto e ao apoio da prática desportiva e que tem sido referencial e o apoio de milhares de louletanos na prática desportiva inseridas sempre nos Louletano Desportos Clube. -----

Gostaria também de deixar uma questão ao Executivo para saber qual é a situação da Queda do Vigário. Qual é o plano municipal para a edificação que está presente naquele espaço. Aquela zona tem uma infraestrutura construída com dinheiros públicos que nunca chegou a ser explorada e está neste momento exposta como um perigo para a saúde pública. Familiares com crianças aproveitam aquele espaço, no entanto, aquele edifício está com ferrugem, vidros partidos, lixos e mau cheiros, é uma mancha negra naquele espaço. -----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse que grande parte delas já foram respondidas pelo Senhor Presidente da Câmara, que nós apoiamos totalmente a tomada de posição à resposta dada à CCDR. Só queria saber da parte do Executivo do Senhor Presidente qual é a interpretação e qual é a forma de resolver a recomendação que a Assembleia Municipal fez sobre as medidas preventivas ao nível do PDM. Se são exequíveis? Se a Câmara não tem capacidade técnica para dar andamento ao processo? Ou se as mesmas podem ser encaixadas dentro do processo de revisão em curso do PDM? -----

Pediu para intervir o Senhor deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que disse que veio à baila na imprensa regional e nacional e ficamos a saber que o Executivo considera a nossa recomendação desta Assembleia e que foi apresentada pelo Partido Social Democrata que não irá acatar por ser difícil de cumprir. E tendo em conta os esclarecimentos que o Senhor Presidente deu logo no início da Assembleia, difícil, mas possivelmente a situação destas pessoas é mais difícil ainda. E realmente por toda a boa vontade que o Senhor Presidente tenha nós temos que tranquilizar estas pessoas e é importante realmente que nos possa dizer aqui, além desta situação da suspensão do PDM, sendo ela difícil, o que é que poderá ser feito, o que é que tem em mente fazer. Partilhe connosco, seria de facto importante. -----

Pediu para intervir o Senhor deputado **José João David (PS)**, que disse que é a primeira vez que estou nesta Assembleia como deputado, em regime de substituição. Só para realçar em relação à Unidade de Triagem de Resíduos que as

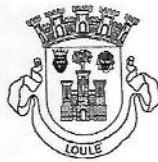


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

dissemos que isto não pode continuar, nós não estamos de acordo com isto porque a economia não pode causar dano à vida das pessoas e se se continuar no concelho de Loulé a licenciar como até aqui tem sido feito áreas tão extensas para rega de laranjeiras ou abacates, aqui menos, mas se se continuar assim eu tenho a certeza que mais depressa a água vai faltar às populações. Portanto, é um assunto que é de todos nós, um assunto relativamente ao qual temos que ter a maior das atenções porque há coisas que não podem acontecer e nós sabemos que a escassez da água vai ser um problema muito sério, estamos a ser confrontados com ele, já, hoje, e no futuro esse problema vai acentuar-se. Portanto, entidades que licenciam sem sequer informar a Câmara isto não pode acontecer, mas isso cá está, mas mais uma vez, não passa pela Câmara, não é competência da Câmara, o legislador legislou desta maneira e, portanto, nós neste caso concreto temos o poder do protesto e pouco mais, mas esse poder que é nosso vamos e temos exercido esse poder. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alte pode acrescentar aqui alguma coisa. -----

Sobre a Queda do Vigário. Os equipamentos que lá estão degradados, aquele espaço é muito bonito, aqueles equipamentos merecem ser recuperados, mas o problema é que estão num lugar com alguma dificuldade de acesso, mas eu reconheço que tem de ser feito ali alterações. Meus caros senhores deputados, cara deputada da CDU que colocou a questão, quando tivermos possibilidade, com certeza que faremos, há tanta coisa que faz falta ainda, nós não conseguimos fazer, temos que assumir isso, as coisas têm uma hierarquia, nós temos uma determinada capacidade de resposta e de facto não conseguimos fazer tudo ao mesmo tempo. Portanto, há coisas que aguardam a sua vez, não estão esquecidas, é um lugar bonito, tem que ser recuperado e lá chegaremos. -----

Eu pensei que tinha sido claro na primeira intervenção. Pensei que tinha sido claro, mas ouvir novamente aqui "mas o que é que o Senhor Presidente pensa fazer mais?", mas eu já disse tudo, o que querem que eu faça? Já disse tudo, julgo eu que fui absolutamente claro. Eu sei que o senhor quer fazer disto agora um tema para a campanha das eleições que vêm aí em 30 de janeiro, eu sei disso, mas olhe, eu não lhe vou dar esse gosto, sabe porquê? Porque eu acho que as pessoas têm confiança no seu Presidente, em geral as pessoas têm, mas olhe, campanha eleitoral à parte, estamos a falar de um assunto muito sério, eu fui absolutamente claro, sobre as medidas preventivas nós aprovamos aqui, aprovamos essa recomendação e eu disse que ia ver com os serviços técnicos da Câmara, eu ia ver se nós conseguimos organizar o processo para as trazer aqui e aprová-las, eu disse isso, está-se ainda a ver, eu estou a reunir com os serviços técnicos para saber. Sabe porquê, Senhor deputado? É porque nós em março temos que ter uma proposta de revisão do PDM pronta, em março para apresentar na CCDR, e o senhor é capaz de não ser tão conhecedor como eu sou, nem tinha que ser, do trabalho que dá organizar um processo de medidas preventivas, está longe de saber



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

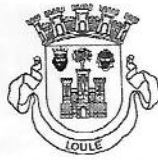
o trabalho que isso dá e neste momento o foco é para revisão do PDM, em março nós temos que ter uma proposta para levar à CCDDR da revisão do PDM, resta muito pouco tempo. Organizar um processo, ouvir entidades externas, aprovar em reunião de Câmara, aprovar em Assembleia Municipal com os prazos todos que isso tem e depois publicar no Diário da República vamos quase parar à data de março, até lá nós temos que apresentar uma proposta de alteração do PDM e o que eu lhe posso dizer é que a Câmara Municipal de Loulé não tenciona, não prevê, pois tem esse poder, porque gere o território, planeia-o, e não prevê para ali para aquele espaço uma atividade com aquela substância e natureza. O que eu peço ao senhor deputado e às pessoas é que tenham confiança em mim, eu sei o que estou a fazer, e como disse e repito novamente eu estou claramente ao lado, à frente das pessoas, eu sou o primeiro a ser contra a instalação daquela unidade de triagem. Senhor Deputado, o que é que lhe diga mais? Desde sexta-feira que estou a dizer isto, já hoje disse várias vezes, olhe, peço-lhe que tenha confiança naquilo que eu estou a fazer.-----

Pediu para intervir o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, que disse que a questão da Queda do Vigário tem raízes em 1956. Não vou fazer a história toda, como é óbvio, mas o que aconteceu muito rapidamente é que em 1956 os herdeiros dos Condes de Alte reivindicaram como sua a Nascente da Fonte Grande. A questão foi extremamente polémica na altura, os donos da propriedade onde então se situava a nascente, encerraram a nascente à população, acontece que a Nascente da Fonte Grande, onde há uma piscina natural que eventualmente alguns de vocês conhecerão, construída pela Junta de Freguesia de Alte há muitos anos atrás, era a única fonte de água onde as pessoas se podiam abastecer. Quando foi encerrada houve uma revolta popular e a coisa azedou, como se diz, e os herdeiros dos Condes de Alte puseram a Junta de Freguesia em tribunal, como representante do povo de Alte que estava revoltado e contra eles e que diziam que invadiam a propriedade para ir buscar água. A questão foi para Tribunal, não houve exatamente uma sentença, mas houve um acordo judicial finalmente ao fim de um ano e pouco entre a Junta de Freguesia de Alte e os herdeiros dos Condes de Alte e devo dizer que esse acordo foi pressionado na altura pelo Governador-Civil do Algarve e pela Câmara Municipal de Loulé para que se resolvesse por acordo e, rapidamente, porque já se dizia por aí, não é preciso lembrar em que tempo se estava, que o povo de Alte se estava a revoltar contra o Governo, já metia GNR, PIDE, etc., e, portanto, a bem da ordem pública chegou-se a um acordo judicial, e nós temos o texto desse acordo, em que a Junta de Freguesia de Alte reconhecia a titularidade aos herdeiros dos Condes de Alte desde que a população pudesse continuar a utilizar a água como sempre tinha utilizado há séculos para os seus usos domésticos e que a Junta de Freguesia se comprometia a não utilizar a água para outros fins que não fosse para irrigação e que os herdeiros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

dos Condes de Alte ficariam com as sobras dessas águas para regar a sua propriedade Morgado de Alte. É na palavra usos domésticos que está, neste momento, a questão. Há uma ata da Junta de Freguesia muito interessante, logo a seguir à assinatura desse acordo, assinado pelo Presidente Vieira, e toda a gente na Junta a seguir, disseram que basicamente foram obrigados a assinar aquele acordo, mas sobre o facto de a Junta nunca mais utilizar água para outros fins que não a da rega da propriedade não concordavam porque como ele próprio diz sobre o futuro não se sabe e o bem da comunidade está sempre acima dos interesses individuais. E está escrito numa ata de 1957. O tempo passou, Morgado de Alte enquanto propriedade desapareceu, foi vendido a retalhos e há uns anos uma empresa Citrinalte comprou a maior parte do Morgado e fez um laranjal extenso, um dos maiores, se não o maior em Alte, de 57 hectares. Inicialmente pediu à APA autorização para utilizar água da ribeira para regar, o que acontece é que a APA autorizou desde que, está escrito na autorização e nós também temos cópia, em tempos de seca e no verão articulasse com a Junta de Freguesia a utilização de água e, também está escrito nessa autorização, de forma a que a água chegasse à queda de água do Vigário. Isto porquê? Porque como o Senhor Presidente disse é um monumento geológico interessantíssimo, é um monumento natural, é uma das atrações turísticas de Alte e até em termos económicos é um benefício para toda a comunidade. A própria APA entendeu que não podia ser utilizado em benefício apenas de uma pessoa e que devia continuar a ser utilizada em benefício da comunidade toda. Acontece que logo a seguir, o senhor da Citrinalte contestou esta decisão fazendo um registo da nascente como sendo dele, baseando-se nesse parecer de 1956. Ou seja, assumiu que de alguma maneira ele era herdeiro dos herdeiros dos Condes de Alte e que registou dentro da sua propriedade, que é mentira, pois a nascente está neste momento em terrenos públicos, a nascente como sendo dele e apresentou o acordo judicial de 1956 para justificar. A APA ficou sem saber o que fazer de tal maneira que há anos que não toma uma decisão definitiva sobre este assunto. Como o Senhor Presidente da Câmara disse tivemos reuniões com a APA e com o representante da Citrinalte e respetivo advogado, onde a Câmara esteve representada e a Junta esteve representada, não foi conclusiva, pois o registo existe, é de má-fé, mas existe. Como diz o advogado da Junta de Freguesia qualquer pessoa pode registar uma coisa e não quer dizer que seja legal. Entretanto, o Senhor sempre se recusou a reunir e a articular com a Junta de Freguesia a utilização da água no verão e em tempos de seca porque, alega ele, após o registo, que a água da ribeira não é a água da ribeira, mas é a água dele que por acaso corre no leito da ribeira, isto está escrito numa carta que o advogado enviou à Junta de Freguesia. Não me vou alongar muito sobre isto, a questão é que de tal forma que a APA não sabe o que há de fazer que não tem cobrado sequer as taxas que seriam devidas pela rega porque não se sabe como é que as coisas se resolverão. E as coisas só se podem resolver de uma maneira, nós já assumimos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

isso e estamos a tratar tudo com o nosso advogado que é contestar em Tribunal a titularidade da nascente, só assim podemos fazê-lo. Entretanto, conseguimos acordar com a APA, que se tem mantido, é que ele não poderia cortar completamente a água, mas em articulação com a Junta teríamos que manter sempre um caudal ecológico que não garante que a cascata tenha água, mas garante que todos os pegos até à cascata, mantêm a água durante o ano todo devido à biodiversidade e porque, inclusive, Alte será provavelmente a única povoação do Algarve que tem uma comunidade de lontras dentro da aldeia e para além de muitos outros animais, porque a interação do homem e a natureza, naquele troço de ribeira que nunca seca, criou um ecossistema muito específico, onde muitíssimos animais vivem e por isso conseguimos com a APA acordar que pelo menos garantíamos a esses animais a sobrevivência. Não conseguimos manter o ano todo água no Vigário porque, entretanto, chega o verão e o dono da Citrinalte sem dizer nada à Junta, aliás ele pode fazer porque tem uma comporta completamente na ribeira, abre a comporta e basicamente desvia a maior parte da água para regar o laranjal e nós criamos umas canalizações que permitem que uma quantidade de água suficiente para manter os pegos, corra, mas não o suficiente para chegar ao Vigário. Nós já decidimos, vamos avançar para Tribunal, vamos contestar esta suposta titularidade da nascente, não da água, porque a água não é obviamente do senhor, e é água do ribeiro e não água que por acaso corre no leito da ribeira, e é uma questão que se arrasta há muitos anos, é uma questão que nós pretendemos resolver o mais rapidamente possível. Consideramos que neste momento toda a população de Alte, todo o ecossistema da ribeira está a ser prejudicado pelo suposto interesse do chamado chico-expertise de alguém que acha que pode utilizar a água da ribeira baseado num acontecimento infeliz de há mais de 60 anos e que, neste momento, prejudica gravemente quer a economia local, quer a natureza, quer todos aqueles que são amantes da Ribeira de Alte e da Queda do Vigário, em particular. Portanto, neste momento, apesar de continuarmos a insistir nós e a Câmara para tentar resolver o assunto diplomaticamente, mas já chegamos à conclusão que não, o senhor não tem abertura para isso, portanto, vamos arrancar para Tribunal e só não fomos mais cedo ainda por causa da pandemia, os tribunais estiveram fechados, etc., mas muito rapidamente iremos fazê-lo.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

6- Período da Ordem do Dia;-----

a)- Proposta 94/2021- Deliberação relativa à Câmara Municipal de Loulé integrar a Rede Europeia de Cidades "MAYORS FOR PEACE" [Proposta da Câmara Municipal 220-2021].-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foi dada a palavra ao Senhor vereador **Carlos Carmo**, que disse que se trata de uma proposta de adesão a uma rede europeia em que o município foi convidado, é uma rede europeia que é constituída atualmente por mais de 7000 municípios dos quais 38 cidades são portuguesas e que na génese desta rede está o trabalho da resiliência das cidades e dos territórios no sentido de tornar mais capazes de prosseguir um desenvolvimento mais sustentável. Refiro também que Mayors for Peace é uma ONG de municípios registados no Conselho Económico e Social da ONU. Este convite teve com base um trabalho que o município tem bastante ativo no Conselho Português para a Paz e Cooperação no âmbito de um movimento de municípios pela Paz. Só em nota de rodapé, esta e outras propostas e aquilo que está na base do nosso trabalho autárquico, muitas vezes está assente nos ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – e essa proposta em concreto está alinhada com os ODS 11 no que se refere às comunidades sustentáveis e o ODS 16 que fundamenta a paz e a justiça.

Foi dada a palavra ao senhor deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que disse sobre esta proposta da Câmara Municipal de Loulé integrar a Rede Internacional Mayors for Peace, esta rede trata-se de uma organização não-governamental e não partidária que atualizando os números neste momento com 8159 cidades-membros e 155 países, são os princípios alicerçados na manutenção do humanismo e da paz mundial e apresenta objetivos de elevada nobreza que visam inclusive o entendimento e progresso evolucionar dos povos possuindo como marco maior o desarmamento nuclear. Não obstante as atividades desenvolvidas pelo município em cooperação com a Universidade Nova de Lisboa na temática dos trabalhos forçados impingidos pelos portugueses durante o III Reich e Louletanos e campos de concentração nazi recomendamos, também, que se deve manter uma relação íntima com o Conselho Municipal da Juventude que se possa manter enquanto elemento ativo a par das atividades desenvolvidas e estimulando-as, nomeadamente, por esta ONG. Posto isto, a bancada do grupo municipal do PSD votará favoravelmente esta proposta.

Passou-se à votação;

Foi aprovada por unanimidade.

Passou-se ao ponto seguinte;

b)- Proposta 95/2021- Deliberação relativa à Adesão do Município de Loulé à Associação Europeia Energy Cities Rede Europeia das Cidades em Transição Energética e respetivo valor anual associado [Proposta da Câmara Municipal nº 1564-2021].



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foi dada a palavra ao senhor vereador **Carlos Carmo**, que disse que a adesão a mais uma rede europeia, neste caso, às Cidades em Transição Energética, no âmbito da Associação Europeia Energy Cities. Tendo em consideração que a Europa está neste momento num trabalho bastante acelerado no roteiro para a descarbonização e tem como objetivo a meta de redução de 55% de emissões de gases com efeitos de estufa e, tendo o município um trabalho bastante forte nesta matéria, não podia ficar de fora desta rede que, atualmente, já contempla mais de 1000 governos locais em cerca de 30 países e a génese desta rede está perfeitamente alinhada com o nosso PASEC, aprovado recentemente nesta Assembleia, o nosso Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética e Climática, e muito rapidamente o que é que está na génese desta rede? Permite-nos participar em diversos eventos organizados pelos parceiros desta rede, ações de formação, a partilha, muito importante a presença do município em rede europeia, permite-nos a partilha de conhecimentos entre os diversos parceiros, a participação em diversos conselhos típicos desta mesma rede e, por sua vez, não de somenos importância, o facto de podermos ter um acesso muito mais facilitador à informação sobre os financiamentos europeus que estão disponíveis nesta matéria. Dizer que obviamente é uma mais-valia fazermos parte desta rede, esta rede terá também uma plataforma também que irá permitir ao Município no âmbito das candidaturas e dos financiamentos que estão disponíveis ao abrigo do PRR e do PT 20 30 estamos mais capacitados a aceder a esses fundos. Dizer também, como eu há pouco referi, que o nosso trabalho autárquico está muito atento nos ODS, dizer que esta rede de trabalho que nós fazemos nesta matéria está perfeitamente alinhado com o ODS 7, energia acessível e limpa.

Passou-se à votação;

Foi aprovada por unanimidade.

Passou-se ao ponto seguinte;

c)- Proposta 96/2021- Informação relativa à Classificação dos Banhos Islâmicos de Loulé com o Grau de Interesse Nacional [Proposta da Câmara Municipal n.º 1770-2021].

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que disse isto é apenas para informação da Assembleia, não é um documento que seja submetido a análise e votação, apenas para informar uma coisa que eu acho que todos sabemos já. A Direção-Geral do Património já iniciou os procedimentos para a classificação dos banhos islâmicos de Loulé como monumento nacional. Temos ali uma pérola do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

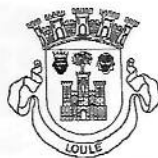
património nacional, um legado da civilização islâmica que, como sabemos, esteve presente no nosso território cerca de cinco séculos e que deixou aqui a todos os níveis um legado que ainda hoje faz parte do nosso dia-a-dia. Temos a felicidade aqui em Loulé de termos os únicos banhos islâmicos existentes no país, estamos a musealizá-los, em abril vão ser inaugurados e vai ser com certeza um polo de atração e de visita de turistas vindos de muitas partes precisamente para visitar o chamado Aman, os banhos islâmicos do concelho de Loulé. Além disso, já tem toda a oferta em Loulé que já é conhecida hoje em termos de património e agora vamos juntar aqui esta peça única que irá com certeza valorizar muito a cidade de Loulé. É uma boa notícia. -----

Pediu para intervir o senhor deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que disse que sobre esta informação que nos é dada pelo Executivo dizer que se trata de um bem patrimonial singular é algo que a nível nacional e até na Península Ibérica é o mais completo que existe, um exemplar excecional, e claro que a bancada do PSD considera um ex-libris do município e nomeadamente da cidade de Loulé e que vai aprofundar ainda mais o nosso conhecimento sobre o período islâmico em Portugal. Em relação a este processo dá-se uma nota positiva ao Executivo, mas também referenciar que este processo começou desde 2006, a escavação e identificação da Casa das Bicas, deste património e também uma palavra aos arqueólogos da Câmara Municipal de Loulé nomeadamente na pessoa Dra. Isabel Luzia, especialista do período, e que foi vital para o processo de identificação e classificação destas evidências arqueológicas. -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

d)- Proposta 97/2021- Deliberação relativa à Proposta do Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais 2021 (ROSM) [Proposta da Câmara Municipal n.º 1806-2021]. -----

Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, que disse que cumpre dizer que esta é uma adaptação orgânica ao novo mandato que agora começa e que não se trata de uma alteração profunda, é apenas uma afinação e que pretende tornar os serviços mais eficientes nas respostas que diariamente lhes cumpre dar aos nossos concidadãos e também tem como objetivo valorizar técnicos da Câmara Municipal de Loulé, também é importante este aspeto, que há também aqui uma valorização do pessoal que funciona na Câmara Municipal de Loulé. Esta estrutura não teve alterações substanciais, nós tínhamos cerca de 76 unidades orgânicas ligadas ao organograma que agora vai ser substituído e passamos de 76 para 78. Portanto, há apenas um acréscimo de 2 unidades orgânicas. Quero dizer também que o impacto que tem no orçamento são cerca de 137.780,00 € por ano, esse é o impacto que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

tem no nosso orçamento anual, o que equivale a muito menos de 1%, a ponto zero, 1%. Quero destacar, além disso, que foi criado um Departamento de Administração e Sistemas de Informação Geográfica que tem como objetivo a defesa externa de todo o sistema de informação da Câmara, como sabemos, cada vez mais precisamos de estar muito atentos a isso, ainda muito recentemente tivemos uma tentativa meio consumada de intrusão dentro do sistema informático da Câmara Municipal de Loulé e, portanto, este novo Departamento tem essa missão. Depois houve 9 divisões criadas, mas essas divisões não são a mais, substituíram unidades operacionais de terceiro grau e em quê? Na edificação, no controlo sucessivo, na Divisão de Loteamentos e Urbanização, que foi criada, a Divisão da Reabilitação Urbana. Todas estas unidades orgânicas eram unidades operativas de 3.º grau que passaram a divisões e isso sempre com o objetivo de melhorar a resposta destes serviços, que como sabemos atravessaram um período difícil, recentemente, do qual não saímos ainda verdadeiramente. Depois temos uma Divisão de Saúde e Segurança no Trabalho, uma Divisão de Gestão de Candidaturas, mais uma vez eram unidades orgânicas e eram pessoas que trabalhavam numa unidade operacional de 3.º grau e que agora passam a divisões. Foi extinto o Gabinete de Comunicação e criamos uma Divisão para a Comunicação. E porquê? Eu pessoalmente nunca dei muita importância ao marketing territorial, à comunicação, mas a verdade é que a comunicação hoje nas sociedades modernas é extremamente importante. A Câmara Municipal de Loulé é uma Câmara que, permitam-me dizer-vos, podem não concordar, não quero situar-me para além da modéstia que devo ter, mas eu considero que a Câmara Municipal de Loulé é uma das boas câmaras no país com inúmeras realizações de primeira linha que ombreiam com o que melhor se pode encontrar em Portugal. Nós não tiramos partido disso porque nunca atribuímos a devida importância ao marketing territorial. Chegou a altura de tirar partido do bom trabalho que os técnicos da Câmara Municipal de Loulé liderados por este Executivo fazem já vai para 2 mandatos e nós quisemos com a criação desta Divisão ganhar os meios e os recursos necessários para podermos ter um município em termos externos com uma notoriedade à altura daquilo que ele na realidade é, e faz. Estes são os aspetos essenciais desta proposta que vos trazemos hoje para análise e votação.-----

Pediu para intervir o senhor deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que disse que sobre o ROSM tão ou mais importante que a criação ou extinção de divisões e departamentos que mais não significa que aumentar ou reduzir cargos de chefia é pensar em melhorar a eficácia e a eficiência dos serviços. O que realmente achamos é que é premente a criação de novos processos internos de modo a agilizar soluções de modo criando um melhor ambiente para quem trabalha na Câmara Municipal de Loulé, mas igualmente e sobretudo para aqueles que necessitam de acorrer aos serviços da Câmara para resolver os seus problemas. Esta proposta em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

[Handwritten signatures and initials]

concreto visa a criação de mais um departamento, mais um gabinete, ao que parece surge-nos aqui mais 15 divisões, mais 5 unidades operacionais, mais 9 serviços de apoio, voltando atrás, isto poderá significar mais 15 chefias e este organograma está a contribuir para as dependências internas, inter-divisionais, departamentais de pessoas, criando aqui barreiras ao seu funcionamento, não explica quanto custa ao erário público, quer dizer, explicou, mas não diz como irá solucionar os problemas da orientação interna que os serviços têm, por exemplo, várias chefias a decidir o mesmo assunto com várias posições contrárias, pode acontecer, e importa referir que tão pouca é esclarecida qual a estratégia deste Executivo para melhorar o funcionamento dos serviços e encurtar os tempos de resposta para os munícipes, o que demonstra que a prioridade nesta remodelação é claramente outra e contrária aos interesses da Câmara Municipal que se quer cada vez mais ágil com os processos mais automatizados e transparentes. Para concluir, ressaltamos que em 8 anos de governação o organograma vai ser alterado pela décima vez o que se deve traduzir num recorde nacional e, posto isto o nosso voto só pode ser contra. ---

Pediu para intervir o senhor deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse que só queria relembrar que durante o mandato 2013-2017 este ROSM sofreu 6 alterações, a principal ocorrida em 2006 com a nomeação de mais um diretor municipal, mais divisões, gabinetes e unidades operacionais. Apesar destas alterações, os serviços municipais não responderam de forma desejada. No segundo mandato, em 30 de novembro de 2017, o regulamento sofreu uma alteração substancial com os mesmos argumentos que agora são apresentados. Mais tarde em setembro de 2020, portanto não assim há tanto tempo, nova alteração para dar resposta aos problemas de ausência de resposta atempada nos serviços de urbanismo, aos projetos apresentados e os resultados estão à vista. Portanto, na altura a proposta que está em vigor tinha 10 gabinetes de apoio ao Senhor Presidente da Câmara, 2 unidades de direção superior, primeiro grau, um destes diretores chefiava 5 divisões e 1 unidade operativa, 9 unidades de direção intermédia de primeiro grau, departamento, 29 unidades de direção intermédia de 2.º grau, divisões, 11 unidades de direção intermédia de 3.º grau, unidades operacionais, e 11 serviços de apoio. Portanto, este regulamento está em vigor desde setembro de 2020. No início deste terceiro mandato a Câmara justifica com a necessidade de alinhamento da estrutura municipal cujos objetos estratégicos tratados para o quadriénio 2021-2025 que, em muito pouco diferem da argumentação e objetivo que foi apresentado da última alteração. Embora não compreendendo a pretensão aceitamos que o PS tem toda a legitimidade para o efeito, mas questionamos, quais foram os setores, onde e porque é que falharam? O modelo agora apresentado de estrutura hierarquizada e que se pretende pequena, como o senhor Presidente acabou de afirmar há pouco, simplificada, contempla 11 unidades orgânicas nucleares, mantém as 2 direções e 9 departamentos municipais incluindo o Serviço de Proteção Civil, criando mais um, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Departamento de Administração e Sistemas de Localização Geográfica com 2 divisões, que na nossa opinião não se justificava e deveriam estar na dependência da GAV. 59 unidades flexíveis, isto é, 39 divisões municipais, portanto, mais 10 do que estavam, 6 unidades operacionais, decresceram 5, subiram a divisões e 14 serviços de apoio, portanto mais 3. Em termos de apoio ao Senhor Presidente foram reduzidos a 3 gabinetes, em 7 gabinetes de apoio que transitaram para divisões na dependência do Senhor Presidente, sendo que 3 deles Gabinete de Comunicação, o Gabinete de Auditoria Interna e de Qualidade e o Gabinete de Apoio às Freguesias são equiparados a divisões. Como vimos, esta alteração representa mais despesas para o município, como tal justificava-se a apresentação de um mapa do Quadro Pessoal agora proposto e uma tabela correspondente de remunerações cumprindo o princípio da transparência para a Assembleia Municipal. Esperemos que esta alteração resolva os aspetos negativos da gestão municipal, nomeadamente, no capítulo da desburocratização, simplificação de práticas de processos de trabalho e procedimentos administrativos, bem como a modernização tecnológica.-----

Foi dada a palavra à senhora deputada **Sandra Castro (CHEGA)**, que disse que o Chega vota contra pois, na nossa opinião, há que reduzir divisões e criar mais eficiência. Existem gabinetes a mais, chefias a mais e produtividade a menos, por isso o nosso voto é contra.-----

Foi dada a palavra à senhora deputada **Ana Poeta (PAN)**, que disse que o grupo municipal do PAN compreende que a transferência de competências poderá originar mais desafios e uma maior necessidade de organização. O que não entende pela leitura dos documentos é que sendo um dos eixos prioritários deste círculo autárquico, que é o direito dos animais, como é que é possível que o Município tenha apenas 1 Gabinete Médico-Veterinário, volto a reforçar que estou apenas a citar uma bandeira do Executivo, não estou ainda a falar das bandeiras do PAN. Sendo que uma das críticas dos munícipes a demora no tempo de resposta e a não-articulação ou comunicação entre os diversos departamentos que de facto conseguimos analisar pela conversa que tivemos na semana passada e pela demora, por exemplo, na questão da Unidade de Resíduos nos Matos da Picota, não seria mais funcional a aposta num Gabinete de Apoio ao Múncipe, um gabinete que permitisse a comunicação entre todos os que já existem, que pudesse apoiar, esclarecer e encaminhar pedidos de informação ou reclamações e posteriormente informar sobre a sua resolução, apoiar os utentes na utilização dos serviços municipais já existentes e prestar informações sobre as matérias de interesse geral no âmbito municipal.-----

Foi dada a palavra à senhora **Vereadora Marilyn Zacarias** para prestar alguns esclarecimentos quanto à alteração do ROSM. Falando em primeiro lugar

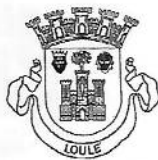


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

genericamente, de facto falamos de um quadro partido em 2017, 2019 e agora a proposta de 2021. De uma forma genérica nós temos em 2017, a segunda alteração foi em 2019, temos 2 direções municipais, mantemos as 2 direções municipais; departamentos, nós temos 8 departamentos mais o Departamento de Proteção Civil, neste momento temos 9 mais o Departamento Municipal de Proteção Civil, portanto, acrescentamos 1 departamento; gabinetes, tínhamos 8, neste momento estamos a apresentar 7; divisões, tínhamos 30, agora apresentamos 39; as unidades operacionais de 3.º grau, tínhamos 13 em 2021 e temos 6; os serviços são 14 para 2019, 14 para 2021. Portanto, explicando de forma separada, em termos de gabinetes eliminamos 1 gabinete e criou-se 1 gabinete da Comunicação; nos departamentos, criamos um departamento novo, o Departamento de Sistemas de Informação Geográfica, este departamento é para reforçar, inclusive, todas as medidas da RGPD e medidas de modernização, sendo um dos nossos compromissos. Nas divisões, temos 9 onde 6 foram convertidas das unidades operacionais de 3.º grau que será neste momento a Divisão de Edificação, Divisão de Controlo Sucessivo, Divisão do Loteamento e Urbanização, Divisão da Reabilitação Urbana, Divisão de Saúde e Segurança no Trabalho e a Divisão de Gestão das Candidaturas. Eram unidades operacionais, passam a divisões, não há um acréscimo de técnicos, nem de chefes, é o chefe que está, é o chefe que transita. Foram também extintas e criadas competências renovadas na Divisão de Educação e Juventude, Divisão de Planeamento de Gestão Educativa e Divisão de Apoio Pedagógico, Inovação e Educação, assim como foi criada, extinguindo um gabinete, a Divisão de Eventos e de Cineteatro, era um Gabinete passa neste momento a ser uma divisão; quanto às unidades operacionais, eliminaram-se 7, foram criadas 5 novas, a Unidade Operacional de Arqueologia e Museologia; Unidade Operacional de Serviços Jurídicos; Unidade Operacional de Direitos Sociais; Unidade Operacional de Eficiência Hídrica; Unidade Operacional Espaços Verdes e Jardins. Dizer que acrescentamos 15 departamentos e que vamos adicionar 15 chefias não é correto, não estamos a acrescentar 15 chefias, cada unidade tinha um chefe e cada departamento passa a ter um chefe. Relativamente ao Gabinete Médico-Veterinário, tivemos uma segunda veterinária, mas ela pediu-nos mobilidade devido a logística de habitação, houve uma mobilidade interna entre órgãos, neste momento estamos a preparar a abertura de um novo concurso para mais um veterinário de forma a reforçar o Gabinete Médico-Veterinário. Um dos motivos que nos leva também à atualização deste ROSM é dar uma resposta à modernização administrativa, educação, urbanismo e comunicação.-----

Passou-se à votação; -----

Foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor do PS, 8 votos contra do (PSD, CDS e CHEGA) e 5 abstenções (PSD, BE, CDU e PAN). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foi dada a palavra ao senhor deputado **Carlos Martins (BE)** para leitura parcial da **declaração de voto** do Bloco de Esquerda. Apesar das sucessivas alterações, tornou-se evidente que o funcionamento dos serviços camarários não corresponderam às expectativas dos cidadãos e das empresas, quer no atendimento em geral, quer na rapidez das respostas, nomeadamente, na área mais sensível da gestão municipal, no urbanismo e no planeamento do território, assim como na resolução dos problemas prioritários no domínio da oferta pública de habitação, no apoio à infância e na inexistência de uma rede municipal de creches, de mobilidade urbana, e da conclusão da Circular Norte de Loulé, na modernização administrativa com efeitos nefastos para o município e dos cidadãos. O PS, como já dissemos, tentou a legitimidade para proceder a esta alteração, com o argumento de necessidade de estrutura com os objetivos traçados para este mandato e aumenta o quadro de chefias, como já acabei de dizer, e está agora relatado aqui. Portanto, considera o Bloco de Esquerda que não basta aprovar alterações sucessivas no regulamento orgânico dos serviços municipais, aumentando a sua estrutura nuclear e o número de chefias sem motivo suficiente para conseguir de pôr a máquina a funcionar de forma conveniente. Para se conseguir este êxito é preciso estratégia, capacidade de liderança, monotorização da atividade em cada departamento, competências ao nível de chefias que motivem os seus subordinados e orientações políticas e firmes e coerentes que promovam a unidade e a interligação interdepartamental fazendo um serviço público de qualidade que deve ser prestado às populações e a todos aqueles que querem investir neste concelho. Esperemos que com esta nova alteração, jamais o Senhor Presidente possa vir a esta Assembleia desconhecer assuntos desta natureza em relação à Estação de Tratamento de Resíduos. Consideramos, ainda, que ficaram esquecidas as preocupações referentes à desburocratização, simplificação de práticas, processos de trabalho e procedimentos administrativos na gestão de projetos e no atendimento de investidores e dos cidadãos, bem como na modernização tecnológica. Tendo em consideração o exposto, o Bloco de Esquerda optou pela abstenção com uma postura de oposição construtiva querendo fazer parte da solução. -----

Esta declaração de voto do BE faz parte integrante desta Ata ficando anexada à mesma. -----

Passou-se aos pontos seguintes; -----

e)- Proposta 98/2021- Deliberação relativa à Aprovação da 7.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Quarteira, no âmbito da Delegação de Competências para o Mandato 2021-2025, no valor de 91.581,00€ [Proposta da Câmara Municipal n.º



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

1780-2021].-----

f)- Proposta 99/2021- Deliberação relativa à Aprovação da Alteração ao Auto de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a freguesia de Boliqueime [Proposta da Câmara Municipal 1790-2021].-----

Foi dada a palavra ao senhor **Vereador David Pimentel**, que disse que é uma deliberação relativa à aprovação da sétima alteração ao contrato interadministrativo de verbas para a freguesia de Quarteira, sendo referentes ao reforço da verba ou apoio ao funcionamento para o equilíbrio financeiro devido à isenção das receitas referentes aos mercados. Este dossier já veio no 1.º semestre deste ano e esta é uma verba de 91.581,00€ tem a ver com o 2.º semestre de 2021 por causa da isenção das taxas dos mercados. -----

Apresento também a proposta seguinte, a Proposta 99/2021 é uma deliberação relativa à aprovação da alteração ao auto de transferência de recursos do município de Loulé para a freguesia de Boliqueime que decorre da Lei 50/2018 utilizada no decreto-lei 57/2019 e tem a ver com o auto de transferência que tinha sido aprovado nesta Assembleia, no dia 30 de julho de 2021, porque havia competências transferidas no ano de 2022 e outras apenas no ano de 2023. Há uma antecipação de uma destas competências para a Junta de Freguesia de Boliqueime, já no ano de 2022 o que nos leva a uma alteração deste auto de transferência e nomeadamente na alínea b), que diz respeito à limpeza de vias, espaços públicos, bermas e valetas, e o valor que está inscrito é de 125.000,00€.-----

Passou-se à votação; -----

Foram aprovadas por unanimidade. -----

Estas duas propostas foram apresentadas em conjunto e votadas separadamente. --

Passou-se à proposta seguinte; -----

g)- Proposta 100/2021- Deliberação relativa à Renovação de Isenção de IMI referente ao rés-do-chão do prédio sito em Rua da Laranjeira, número 5-A, Freguesia de São Clemente, Loulé, em nome de Isabel Maria Gonçalves Viegas Quirino, na sequência de candidatura a apoios e benefícios fiscais, processo n.º 2148/17, REQ. 8870/2021 [Proposta da Câmara Municipal n.º 1798-2021].-----

Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, que disse é uma proposta muito simples, renovação de isenção de IMI de uma moradia na Rua da Laranjeira, Freguesia de São Clemente, porque se situa na área de reabilitação urbana. Na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

área de reabilitação urbana os proprietários têm o direito a requerer a isenção de IMI e, neste caso, trata-se de uma renovação. Esta é uma situação prevista no regulamento e é por isso que vem à Assembleia Municipal porque a isenção do pagamento deste imposto, o IMI, é competência da Assembleia Municipal. Mas a justificação é essa, o local onde se insere, que é uma área de reabilitação urbana e que há um regime especial para os proprietários que quiserem renovar aquelas habitações degradadas que geralmente estão nos centros históricos das cidades, neste caso, em São Clemente, em Loulé.-----

Pediu para intervir o senhor deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse que concordam em absoluto com esta proposta porque uma das nossas bandeiras é a reabilitação urbana e a habitação. Concordo com a renovação de isenção do IMI quando se trata de reabilitação de imóveis como forma de incentivo para que os proprietários possam recuperar o parque habitacional degradado existente na zona histórica de Loulé, alvo de um processo de reabilitação urbana, mas não só, em todo o concelho. Com posterior no mercado de arrendamento ou habitação própria, gostaríamos de saber quantos proprietários se candidataram a este tipo de isenção.-

Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, que disse que iria ver os dados, ver quantos requerimentos e que mais tarde informaria. -----

Foi dada a palavra à senhora deputada **Sandra Castro (CHEGA)**, que disse que o Chega é a favor desta proposta, é a favor da abolição do IMI, o proprietário não tem que pagar eternamente uma renda daquilo que é seu, além disso uma das nossas bandeiras é a descida de impostos em tudo o que for possível. -----

Passou-se à votação; -----

Foi aprovada por unanimidade. -----

O senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, informou que agora entrariam na fase de um conjunto de deliberações relativas à designação, à indicação e à votação de elementos desta Assembleia para fazerem parte de diversos órgãos previstos nas diversas legislações. Após conferência de líderes foi-me delegada a possibilidade de apresentar uma proposta de um boletim único que consagrasse a possibilidade de votarmos todos estes assuntos ao mesmo tempo garantindo que as votações seriam secretas, seriam nominais e seria claro o que se estaria a votar em cada uma delas. As bancadas do Partido Socialista e o Partido Social Democrata acertaram numa proposta conjunta em que o PS propunha na sua formação para a lista dois elementos do PSD, respetivamente. Foram feitas propostas por acordo entre os dois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

partidos, no que diz respeito aos elementos por si indicados. -----

h)- Proposta 101/2021- Deliberação relativa à designação de um Vice-Presidente do Conselho Fiscal da Fundação António Aleixo, o qual integrará o Conselho Fiscal desta Instituição no mandato compreendido entre 2021-2023 de acordo com n.º 1, do artigo 18 dos Estatutos desta Fundação. André Manuel Rodrigues Dias, do PSD. -----

i)- Proposta 102/2021- Deliberação relativa à indicação de um representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia conforme publicação em Diário da República. Carlos Manuel Pontes Costa, do PS. -----

j)- Proposta 103/2021- Deliberação relativa à designação de dois Presidentes de Junta de Freguesia como representantes das Juntas de Freguesia para a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, de acordo com a alínea b), n.º 3, do artigo 29 do Decreto-Lei 82/2021 de 13 de outubro. Maria Margarida Renda Correia, do PSD, José Fernando Florinda Carrusca, do PS. -----

k)- Proposta 104/2021- Deliberação relativa à eleição de um representante das Juntas de Freguesia do Conselho Municipal de Educação a fim de dar cumprimento à alínea d) do ponto 1, artigo 5.º da Lei n.º 41/2003 de 22 de agosto, que procede à primeira alteração do decreto-lei 7/2003 de 15 de janeiro. António Francisco Ferreira Martins, do PS. -----

l)- Proposta 105/2021- Deliberação relativa à designação de um representante das Juntas de Freguesia da Comissão Municipal de Proteção Civil nos termos do disposto na alínea i) do artigo 41.º da Lei n.º 27/2006 alterada pela Lei 80/2015 de 3 de agosto. Joaquim João Pinheiro Pinto, do PS. -----

m)- Proposta 106/2021- Deliberação relativa à eleição de um representante da Assembleia Municipal para a Comissão Consultiva para a Revisão do Plano Diretor Municipal na CCDR, conforme previsto nas alíneas d) e e) do número 1 do artigo 7.º da Portaria 287/2015 de 10 de setembro. João Pedro Madeira Cabrita, do PS. -----

n)- Proposta 107/2021- Deliberação relativa à eleição de um autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, nos termos da alínea a), número 2 do artigo 157 do Decreto-Lei 202/2004 de 18 de agosto, alterados pelos decretos-lei 201/2005 de 24 de novembro, 159/2008 de 8 de agosto, 9/2009 de 9 janeiro, 2/2011 de 6 de janeiro,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

81/2013 de 14 de junho, 107/2015 de 21 de agosto, e 24/2018 de 11 de abril.
José Fernando Florinda Carrusca, do PS.-----

o)- Proposta 108/2021- Deliberação relativa à eleição de representante da Assembleia Municipal no Agrupamento dos Centros de Saúde (ACES) Algarve Central nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 31 do decreto-lei 28/2008 de 22 de fevereiro. Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, do PS. -----

p)- Proposta 109/2021- Deliberação relativa à eleição de 2 representantes da Assembleia Municipal na Equipa de Igualdade de Vida Local - EIVL - sendo um Presidente de Junta de Freguesia nos termos da alínea d), número 2, do artigo 3.º do Regulamento de funcionamento da Equipa para a Igualdade na Vida Local do Município de Loulé, Maria Esteves Ferreira Lourenço, do PS. Nelson Joaquim Caetano Brazão, do PS. -----

q)- Proposta 110/2021- Deliberação relativa à eleição de um Presidente de Junta de Freguesia no Conselho Municipal de Saúde nos termos do disposto na alínea c), número 1, do artigo 9.º, Decreto-Lei 23/2019 de 30 de janeiro. Analídio Correia da Ponte, do PS. -----

Após mais alguns esclarecimentos sobre as referidas propostas, passou-se à votação, tendo sido esta votação efetuada pelo método de voto em urna obtendo-se o seguinte escrutínio; -----

Proposta 101/2021 - foi aprovado com 32 votos a favor, 2 votos contra e 2 votos em branco. -----

Proposta 102/2021 - foi aprovado com 26 votos a favor, 8 votos contra e 2 abstenções. -----

Proposta 103/2021 - foi aprovado com 32 votos a favor, 2 votos contra e 2 abstenções; 30 votos a favor, 4 votos contra, e 2 abstenções, respetivamente. -

Proposta 104/2021 - foi aprovado com 29 votos a favor, 5 votos contra e 2 abstenções. -----

Proposta 105/2021 - foi aprovado com 29 votos a favor, 5 votos contra e 2 abstenções. -----

Proposta 106/2021 - foi aprovado com 29 votos a favor, 5 votos contra e 2 abstenções. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Proposta 107/2021 - foi aprovado com 29 votos a favor, 5 votos contra e 2 abstenções.

Proposta 108/2021 - foi aprovado com 27 votos a favor, 6 votos contra e 3 abstenções.

Proposta 109/2021 - foi aprovado com 29 votos a favor, 5 votos contra e 2 abstenções; 29 votos a favor, 5 votos contra e 2 abstenções, respetivamente.

Proposta 110/2021 - foi aprovado com 26 votos a favor, 5 votos contra e 5 abstenções.

O senhor **Presidente da Assembleia**, informou que falta apenas indicar representantes para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. Quando formos informados que a Comissão irá iniciar novo mandato e nos pedir a indicação dos elementos para representarem esta Assembleia, e falta-nos indicar os representantes da Assembleia para o Conselho Municipal de Segurança, quando ele for também convocado pelo Senhor Presidente. Posto isso, temos concluído o ciclo das representações da Assembleia nos diversos órgãos nos quais nos termos da lei somos obrigados a fazer-nos representar. Todos os deputados que integram as diferentes representações têm o dever de periodicamente, conforme as situações, apresentarem contas do seu trabalho a esta Assembleia, é isso que contamos de todos vós.

O senhor **Presidente da Assembleia**, deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A 1ª SECRETÁRIA

O 2º SECRETÁRIO

Simão Gonçalves

João Conceição

Fernando José da Silva Marques



Assembleia Municipal de Loulé

VOTO DE PESAR MINUTO DE SILÊNCIO

MINUTO DE SILÊNCIO PELA MORTE DE NUNO MARQUES

Na tarde de dia 7 de Dezembro, faleceu na sequência de um acidente de viação o louletano Nuno Marques, filho do 2.º secretário da Mesa desta Assembleia, Fernando Marques.

Neste momento de luto e pesar, para toda a família, amigos e comunidade em geral, apelo à realização de 1 minuto de silêncio pela sua memória.

Assembleia Municipal de Loulé, em 10 de dezembro de 2021

O Presidente da Assembleia Municipal de Loulé

Carlos Silva Gomes



Voto de Saudação

Aos deputados concelhios eleitos para a AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve

Na passada segunda-feira, dia 06 de Dezembro de 2021, decorreu no Teatro das Figuras em Faro, a Tomada de Posse dos órgãos da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve. A bancada do grupo municipal do Partido Social Democrata, reconhece na AMAL um organismo fundamental para o potenciar e consequente desenvolvimento dos municípios associados, contribuindo para o reforçar da identidade do Algarve, tendo sempre presente uma ótica de parceria e de colaboração harmoniosa entre municípios salvaguardando assim as suas necessidades comuns e reforçando a coesão intermunicipal.

Perante este enquadramento, a bancada do grupo municipal do PSD, destaca:

Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (PS);
João Carlos Dias dos Santos (PSD);
Maria Esteves Ferreira Lourenço (PS);
Cláudia Isabel Martins Mendes (PSD);
Abel Filipe dos Santos Matinhos (PS);
Elisabeta Ecaterina Necker (PS);

Aos deputados intermunicipais que tomaram posse, a bancada do grupo municipal do PSD, saúda-os e faz votos na prossecução de um mandato profícuo e participativo, tendo sempre presente as melhores práticas democráticas e de representação do Município de Loulé e demais comunidade intermunicipal.

Pela Bancada do Grupo Municipal do PSD

07 de Dezembro de 2021



Voto de Saudação

10/12/2021 – Dia Internacional dos Direitos Humanos

O dia 10 de dezembro é um dia de grande importância, na medida que reconhece direitos do ser humano como fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. Lembra-nos, muitas vezes, que um pouco por todo o mundo continuam a existir situações de perseguições, tortura, detenções arbitrárias, execuções extrajudiciais, entre muitos outros, e que proliferam em países como a Coreia do Norte, a Síria, o Irão ou a China.

Poderíamos facilmente cair no erro de que esses atropelos à liberdade humana acontecem sobretudo e quase sempre fora das nossas fronteiras. Mas basta nos lembrarmos da morte de Ihor Homeniuk, dos inúmeros processos de corrupção na esfera pública, e da violência continuada contra as mulheres, um assunto trazido por esta bancada na última sessão da Assembleia Municipal, para rapidamente olharmos para uma realidade muito menos romântica.

Em Março de 2020, Ihor Homeniuk faleceu no Centro de Instalação Temporária do Aeroporto de Lisboa. A sua morte teve o envolvimento de 3 inspetores do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, que foram condenados, em Maio de 2021, a sete anos de prisão pelo crime de ofensa à integridade física qualificada agravada pela morte da vítima.

Em 2020 Portugal ocupou o 30.º lugar numa lista que reflete o grau de corrupção em 180 países (Transparency International), tendo ficado atrás da maior parte dos países da Europa Ocidental. A corrupção exige medidas de punição severas, pois lesa a economia, cria uma sensação de impunidade, pode contaminar cidadãos honestos e gera ausência de confiança nas instituições. A corrupção é, também ela, um claro atentado aos Direitos Humanos, que deve ser combatida ferozmente, sob pena de contaminar para sempre os princípios democráticos que nos têm norteado desde o 25 de Abril de 1974.

Sobre a violência doméstica e não doméstica contra as mulheres, o Conselho da Europa constatou que em 2020 morreram 26 mulheres em contexto de violência doméstica, em 2019 foi deduzida acusação em apenas cerca de 16% dos casos em que foram abertas investigações, não tendo havido lugar a ações posteriores em cerca de 60% dos casos. As penas de prisão aplicadas foram suspensas em 90% dos casos.

Conclusão: mesmo em Portugal, que se pauta pela sua reverência e implementação dos princípios consagrados na DUDH e no normativo que deriva de outras Convenções a que o Estado português se encontra vinculado, os Direitos Humanos são alvo de inquietantes incumprimentos.

Dessa forma, é com elevado sentido de missão que a Bancada do PSD vem propor um voto de saudação relativa à celebração deste dia, para que não caia no esquecimento o contínuo trabalho que tem de ser realizado por todos: pelo executivo da Câmara Municipal de Loulé, pela Assembleia Municipal enquanto órgão fiscalizador, mas sobretudo de todos nós individualmente, para que a nossa atuação individual e coletiva incida sempre na defesa inabalável dos princípios consagrados da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

O Grupo Municipal do PSD

Loulé, 07 de Dezembro de 2021

Declaração de voto:

A bancada municipal do Partido Socialista, não pode deixar de votar favoravelmente qualquer iniciativa em defesa dos direitos humanos. Assim, considerando que a ONU escolhe anualmente um tema que considera pertinente e atual, que em 2020 o tema foi, por força da pandemia **“Recuperar melhor-Defender os direitos humanos”** e que o de 2021, por força do não cumprimento definitivo do consagrado, designadamente, no artigo 1º da DUDH, “Todos os seres nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”, é **“EQUIDADE- Reduzindo as desigualdades, avançando nos direitos humanos”**, consideramos ser de acrescentar a xenofobia crescente como um dos maiores inimigos dos princípios da igualdade e da não-discriminação, que estão no centro dos direitos humanos.

Terminamos esta declaração salientando o empenho e a luta do Secretário-Geral da ONU, António Guterres, que, numa perspetiva profundamente humanista, destaca os direitos fundamentais como instrumentos para “promover o desenvolvimento sustentável”, para “evitar conflitos, reduzir o sofrimento humano e construir um mundo justo e equitativo, num contexto histórico em que, nas suas palavras “os direitos humanos estão sob ataque”.

Loulé, 10 de dezembro de 2021





À memória de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa

Considerando que:

□ No passado dia 4 de Dezembro, fez 41 anos que, num desastre de aviação, conhecido como Acidente de Camarate ou Atentado de Camarate, faleceram Francisco Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa, António Patrício Gouveia, respectivos acompanhantes e pilotos da aeronave.

* PAN (Moção) Anexo

Francisco Sá Carneiro foi um político marcante, cuja acção política deixou marcas profundas na nossa sociedade, muito prometia enquanto primeiro-ministro reformador que estava a conseguir com que a sociedade portuguesa ultrapassasse os traumas e divisões do então passado recente, promovendo, em simultâneo o desenvolvimento económico do país, a abertura de negociações com a CEE que seria seguida pelos governos seguintes, mas, e sobretudo, conseguindo restabelecer a ordem política com o regresso dos militares aos quartéis e a proposta de extinção constitucional do Conselho da Revolução.

Adelino Amaro da Costa foi um dos fundadores do CDS, ocupava o lugar de Ministro da Defesa Nacional, no Governo da Aliança Democrática, presidido por Francisco Sá Carneiro. O seu génio está refletido também em textos, como a Declaração de Princípios do CDS, os Escritos de Governo e os Depoimentos sobre Defesa Nacional, que registaram o seu pensamento extremamente sagaz e evoluído.

Não obstante a morte precoce de ambos, Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa continuam a ser grandes referências nacionais como políticos sérios e responsáveis que se empenharam ativamente na construção de um país desenvolvido e democrático. E tal como defendia Francisco Sá Carneiro " Vivemos uma oportunidade única de construir um país novo, humano e justo. Não apenas um país para alguns"

Pelo que os Grupos Municipais do PSD e do CDS-PP, propõem que a Assembleia Municipal de Loulé, na sua reunião de 10 de Dezembro de 2021, delibere:

- Prestar homenagem a Francisco Sá Carneiro e a Adelino Amaro da Costa e demais acompanhantes no voo fatídico, no 41º Aniversário das suas mortes, com um minuto de silêncio.

Pelos Grupos Municipais do PSD e CDS

Loulé, 10 de Dezembro de 2021

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé 10 Dezembro 2021

Moção

À memória de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa

Sendo hoje – 10 de 10 Dezembro – o Dia Internacional dos Direitos Humanos, a bancada municipal do PAN considera que esta moção peca pelo não reconhecimento das restantes vítimas do desastre de aviação.

Todas as vítimas têm nome e estes nomes são:

 Snu Abecassis

 Maria Manuel Pires

 Jorge Albuquerque

 Alfredo Sousa

Assim, gostaríamos de ver estes nomes incluídos na homenagem do 41º aniversário das suas mortes

O Grupo Municipal
do PAN - Pessoas - Animais – Natureza

Ana Poeta
(Deputada Municipal)

Declaração de voto:

A bancada municipal do Partido Socialista, vota favoravelmente a Moção dos grupos municipais do PSD e do CDS, “À memória de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa” falecidos naquele fatídico desastre aéreo, de 4 de dezembro de 1980, que a X Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate, concluiu ter-se tratado de um atentado, reconhecendo a sua elevação política e o seu papel, tal como o de todos os dirigentes políticos à época, na consolidação da democracia em Portugal, na sequência do dia 25 de abril de 1974. Ambos, tal como Mário Soares, Álvaro Cunhal, Diogo Freitas do Amaral, entre outros, menos protagonistas, mas ainda assim determinantes no decurso desse processo histórico que nos permite hoje ser livres de direito e de facto, constituem um património que não devemos/podemos deixar cair no esquecimento.

Loulé, 10 de dezembro de 2021





Dez anos depois a luta continua pelo fim das portagens na Via do Infante

No próximo dia 8 de dezembro, assinalam-se 10 anos da imposição de portagens na Via do Infante pelo Governo PS/Sócrates, contra a vontade dos trabalhadores e das populações do Algarve. Uma decisão que tendo sido confirmada nos anos seguintes por sucessivos governos do PSD/CDS e do PS, prejudicou gravemente a região, constituindo-se como um fator de extorsão da riqueza produzida na região, por parte do grupo económico que ficou com a concessão desta autoestrada.

Dez anos de portagens que foram um fator de atraso ao desenvolvimento do Algarve, de agravamento da sinistralidade (parte do tráfego foi desviado para a EN125), perda de competitividade por parte das empresas na região e de empobrecimento das populações. O facto desta autoestrada ter sido construída com dinheiros públicos e estar ao serviço da acumulação privada, torna ainda mais grave a convivência de sucessivos governos com esta situação.

Ao longo dos anos, nem as populações, nem a CDU se conformaram com esta decisão. A intensa luta, denúncia e proposta que foi desenvolvida, obrigou os últimos Governos do PS a reduzirem o valor das portagens, como aliás ficou consagrado no último Orçamento do Estado para 2021, em que a redução para 50% do valor das portagens foi imposta contra a vontade do PS.

No entanto, os avanços que se alcançaram – os últimos entraram em vigor no passado dia 1 de julho – não resolveram em definitivo este problema. Apesar das sucessivas propostas, designadamente do PCP, no sentido da abolição imediata das portagens, PS, PSD e CDS, opuseram-se sempre à sua eliminação.

Se o Algarve ainda hoje está confrontado com portagens na Via do Infante, é porque PS, PSD e CDS assim o quiseram.

Aos que não se cansam de acenar com as supostas virtudes das chamadas Parcerias Público Privadas, convidamos a porem os olhos na Via do Infante e na EN 125, cujas obras estão paradas com o Estado a pagar dezenas de milhões de euros à concessionária, e facilmente verificarão até onde a política de direita favorece os interesses dos grupos económicos em detrimento de toda uma região e da população que aqui vive e trabalha.

Reafirmando o seu compromisso com os trabalhadores e o Povo, a CDU sublinha que continuará a intervir até que as portagens na Via do Infante sejam abolidas e até que a EN 125 seja integralmente requalificada.

Assim, ~~os~~^a eleitos na Assembleia Municipal de Loulé, reafirmam a necessidade da abolição imediata das portagens na Via do Infante, bem como, a requalificação integral da EN 125.

Loulé, 02 de Dezembro de 2021

Os eleitos da CDU

Carla Coues

Declaração de voto

Em 2011 foram introduzidas as portagens da A22 já no Governo PSD/CDS na defesa do princípio de utilizador-pagador.

O partido socialista comprometeu-se desde sempre com a redução progressiva, até 50% do valor das portagens e nos últimos 6 anos esse compromisso tem sido cumprido.

Desde sempre que a oposição a este pagamento foi transversal às forças políticas algarvias. A Assembleia Intermunicipal do Algarve aprovou, por unanimidade, uma proposta também da CDU para abolir as mesmas. O PSD propôs, para o Orçamento de Estado de 2021 uma redução em 50% porém essa redução visou revogar todos os descontos já conquistados.

A Bancada do Partido Socialista acredita que esta luta é de todos os Algarvios. A A22 é um elemento-chave na coesão socioeconómica do Algarve visto não existirem alternativas seguras e adequadas para a ligação entre o Sotavento e o Barlavento Algarvios.

A Bancada do Grupo Municipal do PS ressalva ainda as deficientes condicionantes de circulação na EN125 no Sotavento com a requalificação nessa zona ainda em falta, e a escassa fluidez no trânsito nas restantes zonas, com a não inclusão das variantes e duplicação de via anteriormente projetadas e que foram eliminadas do projeto inicial aquando da renegociação do contrato entre o governo PPD/PSD e a concessionária Rotas do Algarve Litoral (RAL), em 2014, e nesse sentido a EN125 não deve ser considerada uma alternativa viável quando comparada à fluidez de tráfego potenciada pela A22.

Importante dizer que ainda há pouco tempo foi elaborado um projeto de resolução aprovado por unanimidade que se recomendava ao governo resolver os problemas da EN 125, importante relembrar também que o XVIII governo constitucional, governo do Partido Socialista lançou a obra para a requalificação, que pararam com entrada do governo do PSD/CDS.

Por estes motivos, a Bancada do PS não vê outro voto possível que não seja o Voto a Favor.

Loulé, 10 de dezembro de 2021



